



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ

Departamento do Pleno

Ofício n. 00299/2017/DP-SPJ

Porto Velho, 17 de fevereiro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor

Vereador **ISMAEL CRISPIM DIAS**

Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé

Rua Capitão Silvio, nº 1446 - Cristo Rei

76.932-000 – São Miguel do Guaporé/RO

Assunto: **Despacho n. 0066/2017-PCN**

Senhor Presidente,

Em atenção ao pleito contido no Ofício n. 033/2017, protocolado sob o **Documento n. 01741/17/TCE-RO**, e em cumprimento ao Despacho do Conselheiro-Substituto **OMAR PIRES DIAS**, em substituição regimental ao Conselheiro **PAULO CURI NETO**, encaminhamos mídia digital contendo cópia integral do **Processo n. 01831/15/TCE-RO**.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)

TATIANA MARIA GOMES HOREAY SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DO PLENO EM SUBSTITUIÇÃO

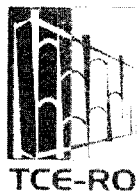
Matrícula 990634

Av. Presidente Dutra, n. 4229, Bairro: Olaria – Porto Velho – Rondônia CEP: 768201-326

Telefone: (69) 3211-9099 dp.spj@tce.ro.gov.br

LSP





Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
Secretaria de Processamento e Julgamento
Departamento do Pleno

Av. Presidente Dutra, 4229 – Olaria
CEP: 76.801-326 Porto Velho – RO
Tel/ Fax.: (69) 3211-9029/3223-1455
e-mail: dp.spj@tce.ro.gov.br

Ofício nº 1409/2015/DP-SPJ

Porto Velho, 11 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Vereador **VALMIR APARECIDO PESSOA DOS SANTOS**
Presidente da Câmara do Município de São Miguel do Guaporé
Avenida Capitão Sivio, nº 1446 – Cristo Reis
76.932-000 – São Miguel do Guaporé/RO

**MÃOS
PRÓPRIAS**

Assunto: **Parecer Prévio nº 30/2015 e Acórdão nº 137/2015-Pleno**

Senhor Presidente,

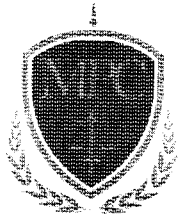
Comunicamos a Vossa Excelência que o egrégio Plenário deste Tribunal, na sessão realizada no dia 12.11.2015, apreciou o **Processo nº 01831/15-TCE-RO**, que versa sobre Prestação de Contas do Município São Miguel do Guaporé, referente ao exercício de 2014, emitiu Parecer Prévio favorável à aprovação com ressalvas das contas sob nº 30/2015, bem como o Acórdão nº 137/2015-Pleno, consubstanciados nos Relatórios Técnicos, Parecer Ministerial, Voto e Projeto de Parecer Prévio do Relator, cujos conteúdos encontram-se disponibilizados eletronicamente no site do TCE-RO.

Desta forma, consoante disposições legais, encaminhamos 1 (uma) mídia digital em DVD contendo a Prestação de Contas a essa Câmara Municipal, a quem compete julgá-la, nos termos da Lei Orgânica desse Município.

Respeitosamente,

VERONI LOPES PEREIRA
Diretora do Departamento do Pleno





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

Fis. n.
Proc. n. 1831/2015
.....

PARECER N. : 0302/2015-GPGMPC

PROCESSO N.: 1831/2015
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO
GUAPORÉ - EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEL: ZENILDO PEREIRA DOS SANTOS - PREFEITO
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

Tratam os autos da Prestação de Contas do Município de São Miguel do Guaporé, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade do Senhor Zenildo Pereira dos Santos – Prefeito.

Os autos aportaram no Ministério Público de Contas para fins de manifestação sob os aspectos contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional, nos termos do artigo 35 da Lei Orgânica do TCE/RO (LC n. 154/1996), combinado com o artigo 49, § 1º, do Regimento Interno do TCE/RO (Resolução Administrativa n. 05/1996).

Registrou a equipe técnica que estas contas anuais de governo foram prestadas em 31.03.2015, sob protocolo n. 1831/2015/TCE-RO, portanto, dentro do prazo máximo estipulado no art. 52, alínea “a”, da Constituição Estadual.

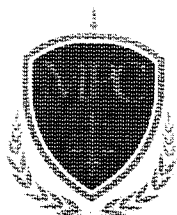
Em sua análise inaugural (fls. 1899/1947), a equipe instrutiva irrogou algumas irregularidades ao Chefe do Poder Executivo, e outras a este solidariamente à Controladora Municipal e ao Contador Municipal, como *in verbis*:

12 – CONCLUSÃO

Após a instrução concernente ao Balanço Geral anual do exercício de 2014, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé, sob a responsabilidade do Prefeito Municipal, senhor Zenildo Pereira dos Santos, verificamos a existência das seguintes impropriedades:

‘

‘



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE RONDÔNIA

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

DE RESPONSABILIDADE DO SENHOR ZENILDO PEREIRA DOS SANTOS – PREFEITO MUNICIPAL CPF Nº 909.566.722-72

12.1 - Descumprimento ao Princípio da Publicidade insculpido no artigo 37 *caput* da Constituição Federal c/c inciso VI, alínea “d” do artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCER/2004, por deixar de encaminhar a esta Corte de Contas prova de publicação dos Balanços do exercício de 2014 em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação no Município (subitem 5 do item 2);

12.2 - Descumprimento ao artigo 13 da Constituição Estadual c/c inciso VI, alínea “e”, do artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCER/2004, por deixar de encaminhar a esta Corte de Contas prova de publicação da relação nominal dos servidores ativos e inativos ao final do exercício em Diário Oficial (subitem 6 do item 2);

12.3 - Descumprimento ao disposto na alínea “i” do inciso IV, do artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCER/2004, em face do não encaminhamento a esta Corte de Contas do Anexo TC 16 - inventário físico-financeiro dos bens imóveis em mídia eletrônica (subitem 10 do item 2);

12.4 - Descumprimento ao disposto na alínea “j” do inciso VI, do artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCER/2004, por não haver encaminhado cópia do ato de nomeação da comissão de elaboração dos inventários físico-financeiro dos bens móveis e imóveis (subitem 11 do item 2);

12.5 - Descumprimento ao disposto no inciso I do §1º, do artigo 51 da Lei Complementar nº 101/2000, por não haver comprovado perante este Tribunal o encaminhamento das Contas ao Poder Executivo Estadual (subitem 15 do item 2);

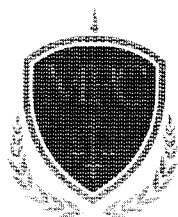
12.6 - Descumprimento ao artigo 53 da Constituição Estadual c/c artigo 5º da Instrução Normativa nº 019/TCER/2006, por haver encaminhado intempestivamente os balancetes dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro e não haver promovido o encaminhamento dos balancetes dos meses de novembro e dezembro de 2014 (subitem 16 do item 2);

12.7 - Descumprimento ao disposto nos incisos I a V do artigo 13 e inciso I e II do artigo 14 da Instrução normativa nº 022/TCER/2007, por deixar de encaminhar a esta Corte os demonstrativos de aplicação de recursos na educação elencados a seguir (subitem 17 do item 2):

a) Anexo I – Demonstrativo das receitas de impostos e transferências para o cálculo dos 25% da educação referente ao mês de junho/2014;

b) Anexo II – Demonstrativo das despesas pagas com educação infantil referente aos meses de junho e dezembro/2014;





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

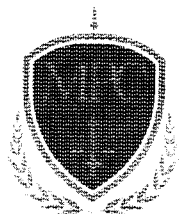
- c) Anexo III - A - Demonstrativo das despesas pagas com manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental referente aos meses de junho e dezembro/2014;
- d) Anexo IV - Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino relativo aos meses de fevereiro, março, abril e junho/2014;
- e) Anexo V - Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos próprios arrecadados no exercício subsequente atinente aos meses de junho e dezembro/2014;
- f) Anexo VII - Demonstrativo das receitas do Fundeb referente ao mês de junho e dezembro/2014;
- g) Anexo VIII - Demonstrativo das despesas pagas com recursos do Fundeb na remuneração dos profissionais do magistério (60% Fundeb) referente aos meses de junho e dezembro/2014;
- h) Anexo IX - Demonstrativo das despesas pagas com recursos do Fundeb na manutenção e desenvolvimento da educação básica relativo aos meses de junho e dezembro/2014;
- i) Anexo X - Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos vinculados ao Fundeb referente aos meses de fevereiro, março, abril, junho, julho e dezembro/2014;
- j) Anexo X-A - Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos do Fundeb arrecadados no exercício subsequente referente ao mês de junho/2014;
- k) Anexo XI - A - Demonstrativo consolidado das receitas do Fundeb encaminhado anualmente no mês de dezembro;
- l) Anexo XI - B - Demonstrativo consolidado da aplicação dos recursos do Fundeb encaminhado anualmente no mês de dezembro;
- m) Anexo XI - C - Demonstrativo da movimentação financeira do Fundeb encaminhado anualmente no mês de dezembro.

12.8 - Descumprimento parágrafo único do art. 13 e §1º do artigo 14 da Instrução Normativa nº 022/TCER/2007, em face do não encaminhamento do Anexo VI - Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos próprios vinculados a manutenção e desenvolvimento do ensino e Anexo XI - Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos vinculados aos Fundeb encaminhados anualmente no mês de dezembro (subitem 19 do item 2);

12.9 - Descumprimento ao preconizado no §3º do artigo 14 da Instrução Normativa nº 022/TCER/2007, por deixar de encaminhar o Parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social responsável pelo Fundeb (subitem 21 do item 2);

12.10 - Descumprimento ao disposto no inciso I do artigo 22 da Instrução Normativa nº 022/TCER/2007, por deixar de





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Fis. n.
Proc. n. 1831/2015

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

encaminhar a esta Corte os demonstrativos de aplicação de recursos na saúde elencados a seguir (subitem 22 do item 2):

- a) Anexo XII – Demonstrativos das receitas de impostos e transferências para cálculo das aplicações em ações e serviços públicos de saúde referente aos meses de junho e dezembro/2014;
- b) Anexo XIII-A – Demonstrativo das despesas em ações e serviços públicos de saúde referente aos meses de junho e dezembro/2014;
- c) Anexo XIV – Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos próprios vinculados a ações e serviços públicos de saúde referente aos meses de fevereiro, março, abril, junho, julho, outubro e dezembro/2014;
- d) Anexo XV – demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos próprios arrecadados no exercício subsequente relativos a ações e serviços públicos de saúde atinentes aos meses de junho, novembro e dezembro/2014;
- e) Anexo XVI – Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos próprios vinculados às ações e serviços públicos de saúde encaminhados anualmente no mês de dezembro.

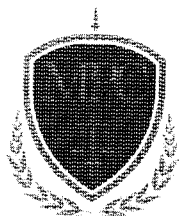
12.11 - Descumprimento ao prescrito no artigo 5º da Lei nº 1.296/2013 (LOA 2014), tendo em vista a suplementação do orçamento por meio da abertura de créditos adicionais suplementares em percentual superior ao definido no instrumento de planejamento (subitem 3.3.1.4);

12.12 - Descumprimento às normas inseridas no artigo 60 do ADCT, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 53/06, pela diferença a menor do saldo existente nas contas do Fundeb apurada no demonstrativo da composição financeira no valor de R\$2.211,65 (dois mil, duzentos e onze reais e sessenta e cinco centavos), significando dizer que foram utilizados recursos do fundo para o pagamento de despesas impertinentes às suas finalidades (subitem 4.2.2);

12.13 - Descumprimento ao preceituado no §3º, do art. 164, da Constituição Federal e o teor da Instrução Normativa nº 24/TCER/2008, haja vista que ao final do exercício financeiro de 2014 parte dos recursos financeiros do Município restou depositada em banco privado (conta nº 200-3 Bradesco saldo de R\$66,51 e conta nº 8.140-0 Credip saldo de R\$665,31) e não em instituições financeiras oficiais (subitem 6.2);

12.14 – Descumprimento ao prescrito no artigo 20 da Instrução Normativa nº 39/TCER/2013, por deixar de encaminhar via SIGAP – Módulo Gestão Fiscal o Relatório Anual das Medidas de Combate à Evasão e à Sonegação de Tributos do exercício de 2014 (Processo nº 0849/2014 – Gestão Fiscal-2014) (item 8);





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Fis. n.
Proc. n. 1851/2015
.....

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

**DE RESPONSABILIDADE DA SENHORA ROSANGELA BAUMANN
DOS SANTOS DE PÁDUA - CONTROLADORA MUNICIPAL CPF Nº
408.770.512-91**

**12.15 - Descumprimento ao disposto na alínea "b" do inciso V,
artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCER/2004, em face do
encaminhamento intempestivo do Relatório do Controle Interno
referente ao 2º quadrimestre/2014 (subitem 25 do item 2);**

**DE RESPONSABILIDADE DO SENHOR LAURI PEDRO
ROCKENBACH - CONTADOR MUNICIPAL 334.244.629-34**

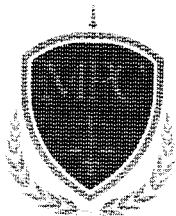
**12.16 - Descumprimento ao prescrito na 5ª edição do Manual de
Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Portaria nº 437/2012
da Secretaria do Tesouro Nacional, em face da elaboração do
Balanço Patrimonial e do demonstrativo auxiliar (Anexo TC 13 -
Demonstrativo Sintético das Contas do Ativo Permanente)
desprovidos de Notas Explicativas que permitam visualizar a que se
referem os cancelamentos dos créditos inscritos em Dívida Ativa
(subitem 3.3.1.3);**

**12.17 - Descumprimento ao prescrito na 5ª edição do Manual de
Contabilidade Aplicada ao Setor Público Portaria nº 437/2012
da Secretaria do Tesouro Nacional, por não haver sido
demonstrado nos Anexos 1 e 2 do Balanço Orçamentário a execução
dos restos a pagar não processados e restos a pagar processados e
não processados liquidados no montante de R\$16.152,92 (dezesesseis
mil, cento e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos)
(subitem 6.1);**

**12.18 - Descumprimento ao prescrito nos artigos 85 e 101 da Lei
Federal nº 4.320/64 e na 5ª edição do Manual de Contabilidade
Aplicada ao Setor Público Portaria nº 437/2012 da Secretaria do
Tesouro Nacional, vez que o saldo de R\$23.752,92 (vinte e três mil,
setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos)
pendente na conta Restos a Pagar, obtido a partir da conjugação das
movimentações descritas no Balanço Financeiro ao saldo final do
exercício anterior, não concilia com o registrado no Anexo 17 -
Demonstrativo da Dívida Flutuante e no Balanço Patrimonial os quais
consignam o montante de R\$12.000,00 (doze mil reais) (subitem
6.2);**

**12.19 - Descumprimento ao prescrito nos artigos 85 e 101 da Lei
Federal nº 4.320/64 e normas emanadas pela Secretaria do
Tesouro Nacional na 5ª edição do Manual de Contabilidade
Aplicada ao Setor Público - Portaria nº 437/2012, em face da
incongruência do Saldo Patrimonial de R\$7.876.587,27 (sete milhões,
oitocentos e setenta e seis mil, quinhentos e oitenta e sete reais e
vinte e sete centavos) apurado na instrução técnica e o consignado a
este título no Balanço Patrimonial no montante de R\$8.995.757,97
(oito milhões, novecentos e noventa e cinco mil, setecentos e
cinquenta e sete reais e noventa e sete centavos) (subitem 6.4);**





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

12.20 - Descumprimento ao preconizado nos artigos 85 e 98 da Lei Federal nº 4.320/64 e normas emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Portaria nº 437/2012, em face da incongruência do saldo da Dívida Fundada apurada na instrução técnica no montante de R\$11.776.748,06 (onze milhões, setecentos e setenta e seis mil, setecentos e quarenta e oito reais e seis centavos) e o registrado a este título no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo da Dívida Fundada no montante de R\$39.995.464,47 (trinta e nove milhões, novecentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e sete centavos) (subitem 6.5);

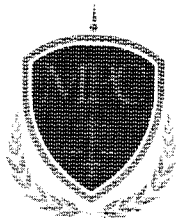
12.21 - Descumprimento ao preconizado nos artigos 85 e 92 da Lei Federal nº 4.320/64 e normas emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Portaria nº 437/2012, em face da incongruência do saldo da Dívida Flutuante apurada na instrução técnica no montante de R\$23.752,92 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos) e o registrado a este título no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo da Dívida Flutuante no montante de R\$12.000,00 (doze mil reais) (subitem 6.6);

12.22 - Descumprimento ao prescrito nas Portarias nº 664 e 665/2010 e 438/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional, no que concerne a fidedignidade das informações apresentadas no Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, tendo em vista que o saldo de caixa e equivalente de caixa final (coluna exercício atual) no valor de R\$16.917.060,16 (dezesseis milhões, novecentos e dezessete mil e sessenta reais e dezesseis centavos) registrado neste demonstrativo não espelha o saldo de R\$18.608.306,72 (dezoito milhões, seiscentos e oito mil, trezentos e seis reais e setenta e dois centavos) registrado a este título no Balanço Financeiro e no Balanço Patrimonial (subitem 6.7);

12.23 - Descumprimento ao prescrito no artigo 8º c/c Anexo B da Instrução Normativa nº 39/TCER/2013, por haver deixado de encaminhar via SIGAP - Módulo Gestão Fiscal o Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida integrante do Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre de 2014 (Processo nº 0849/2014 - Gestão Fiscal-2014) (item 8);

Notificados, os responsáveis se manifestaram, apresentando defesa conjunta (Protocolo n. 10527/2015). Aludidas justificativas foram analisadas pela unidade técnica às fls. 2093/2118, e, conforme se verifica na conclusão daquele relatório, algumas irregularidades foram elididas, entre elas os déficits orçamentário e financeiro, permanecendo sem saneamento as infringências abaixo listadas:





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

4 - CONCLUSÃO

Após a análise das justificativas apresentadas em relação aos apontamentos efetuados na instrução inicial do **Balanço Geral anual do exercício de 2014, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé**, sob a responsabilidade do Prefeito Municipal, senhor Zenildo Pereira dos Santos, verificamos a persistência das seguintes impropriedades:

DE RESPONSABILIDADE DO SENHOR ZENILDO PEREIRA DOS SANTOS - PREFEITO MUNICIPAL CPF Nº 909.566.722-72

4.1 - Descumprimento ao Princípio da Publicidade insculpido no artigo 37 *caput* da Constituição Federal c/c inciso VI, alínea "d" do artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCER/2004, por deixar de encaminhar a esta Corte de Contas prova de publicação dos Balanços do exercício de 2014 em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação no Município (conforme item 3 desta instrução);

4.2 - Descumprimento ao artigo 13 da Constituição Estadual c/c inciso VI, alínea "e", do artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCER/2004, por deixar de encaminhar a esta Corte de Contas prova de publicação da relação nominal dos servidores ativos e inativos ao final do exercício em Diário Oficial (conforme item 3 desta instrução);

4.3 - Descumprimento ao disposto na alínea "i" do inciso IV, do artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCER/2004, em face do não encaminhamento a esta Corte de Contas do Anexo TC 16 - inventário físico-financeiro dos bens imóveis em mídia eletrônica (conforme item 3 desta instrução);

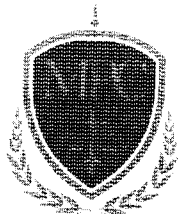
4.4 - Descumprimento ao disposto na alínea "j" do inciso VI, do artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCER/2004, por não haver encaminhado cópia do ato de nomeação da comissão de elaboração dos inventários físico-financeiro dos bens móveis e imóveis (conforme item 3 desta instrução);

4.5 - Descumprimento ao artigo 53 da Constituição Estadual c/c artigo 5º da Instrução Normativa nº 019/TCER/2006, por haver encaminhado intempestivamente os balancetes dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro de 2014 (conforme item 3 desta instrução);

4.6 - Descumprimento ao disposto no artigo 13 e inciso I e II do artigo 14 da Instrução normativa nº 022/TCER/2007, por deixar de encaminhar a esta Corte os demonstrativos de aplicação de recursos na educação elencados a seguir (conforme item 3 desta instrução):

a) Anexo IV - Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino relativo aos meses de fevereiro, março e abril/2014;





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

b) Anexo X – Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos vinculados ao Fundeb referente aos meses de fevereiro, março, abril, junho e julho/2014;

c) Anexo XI – A – Demonstrativo consolidado das receitas do Fundeb relativo ao mês de dezembro/2014;

4.7 - Descumprimento parágrafo único do art. 13 da Instrução Normativa nº 022/TCER/2007, em face do não encaminhamento do Anexo VI – Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos próprios vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino referente ao mês de dezembro/2014 (conforme item 3 desta instrução);

4.8 – Descumprimento ao disposto no inciso I do artigo 22 da Instrução Normativa nº 022/TCER/2007, por deixar de encaminhar a esta Corte os demonstrativos de aplicação de recursos na saúde elencados a seguir (conforme item 3 desta instrução):

a) Anexo XIV – Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos próprios vinculados a ações e serviços públicos de saúde referente aos meses de fevereiro, março, abril e outubro/2014;

b) Anexo XV – demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos próprios arrecadados no exercício subsequente relativos a ações e serviços públicos de saúde atinente ao mês de novembro/2014;

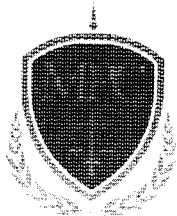
c) Anexo XVI – Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos próprios vinculados às ações e serviços públicos de saúde relativo ao mês de dezembro/2014.

4.9 - Descumprimento ao prescrito no artigo 5º da Lei nº 1.296/2013 (LOA 2014), tendo em vista a suplementação do orçamento por meio da abertura de créditos adicionais suplementares em percentual superior ao definido no instrumento de planejamento (conforme item 3 desta instrução);

4.10 - Descumprimento ao preceituado no §3º, do art. 164, da Constituição Federal e o teor da Instrução Normativa nº 24/TCER/2008, haja vista que ao final do exercício financeiro de 2014 parte dos recursos financeiros do Município restou depositada em banco privado (conta nº 200-3 Bradesco saldo de R\$66,51 e conta nº 8.140-0 Credip saldo de R\$665,31) e não em instituições financeiras oficiais (conforme item 3 desta instrução);

4.11 – Descumprimento ao prescrito no artigo 20 da Instrução Normativa nº 39/TCER/2013, por deixar de encaminhar via SIGAP – Módulo Gestão Fiscal o Relatório Anual das Medidas de Combate à Evasão e à Sonegação de Tributos do exercício de 2014 (Processo nº 0849/2014 - Gestão Fiscal/2014) (conforme item 3 desta instrução);





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

**DE RESPONSABILIDADE DA SENHORA ROSANGELA BAUMANN
DOS SANTOS DE PÁDUA – CONTROLADORA MUNICIPAL CPF Nº
408.770.512-91**

4.12 - Descumprimento ao disposto na alínea “b” do inciso V, artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCER/2004, em face do encaminhamento intempestivo do Relatório do Controle Interno referente ao 2º quadrimestre/2014 (conforme item 3 desta instrução);

**DE RESPONSABILIDADE DO SENHOR LAURI PEDRO
ROCKENBACH – CONTADOR MUNICIPAL 334.244.629-34**

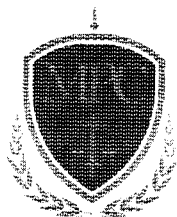
4.13 - Descumprimento ao prescrito na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Portaria nº 437/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional, em face da elaboração do Balanço Patrimonial e do demonstrativo auxiliar (Anexo TC 13 – Demonstrativo Sintético das Contas do Ativo Permanente) desprovidos de Notas Explicativas que permitam visualizar a que se referem os cancelamentos dos créditos inscritos em Dívida Ativa (conforme item 3 desta instrução);

4.14 - Descumprimento ao prescrito na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Portaria nº 437/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional, por não haver sido demonstrado nos Anexos 1 e 2 do Balanço Orçamentário a execução dos restos a pagar não processados e restos a pagar processados e não processados liquidados no montante de R\$16.152,92 (dezesseis mil, cento e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos) (conforme item 3 desta instrução);

4.15 - Descumprimento ao prescrito nos artigos 85 e 101 da Lei Federal nº4.320/64 e na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Portaria nº 437/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional, vez que o saldo de R\$23.752,92 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos) pendente na conta Restos a Pagar, obtido a partir da conjugação das movimentações descritas no Balanço Financeiro ao saldo final do exercício anterior, não concilia com o registrado no Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante e no Balanço Patrimonial os quais consignam o montante de R\$12.000,00 (doze mil reais) (conforme item 3 desta instrução);

4.16 - Descumprimento ao prescrito nos artigos 85 e 101 da Lei Federal nº 4.320/64 e normas emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Portaria nº 437/2012, em face da incongruência do Saldo Patrimonial de R\$7.876.587,27 (sete milhões, oitocentos e setenta e seis mil, quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e sete centavos) apurado na instrução técnica e o consignado a este título no Balanço Patrimonial no montante de R\$8.995.757,97 (oito milhões, novecentos e noventa e cinco mil, setecentos e





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE RONDÔNIA

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

cinquenta e sete reais e noventa e sete centavos) (item 3 desta instrução);

4.17 - Descumprimento ao preconizado nos artigos 85 e 98 da Lei Federal nº 4.320/64 e normas emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Portaria nº 437/2012, em face da incongruência do saldo da Dívida Fundada apurada na instrução técnica no montante de R\$11.776.748,06 (onze milhões, setecentos e setenta e seis mil, setecentos e quarenta e oito reais e seis centavos) e o registrado a este título no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo da Dívida Fundada no montante de R\$39.995.464,47 (trinta e nove milhões, novecentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e sete centavos) (item 3 desta instrução);

4.18 - Descumprimento ao preconizado nos artigos 85 e 92 da Lei Federal nº 4.320/64 e normas emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Portaria nº 437/2012, em face da incongruência do saldo da Dívida Flutuante apurada na instrução técnica no montante de R\$23.752,92 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos) e o registrado a este título no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo da Dívida Flutuante no montante de R\$12.000,00 (doze mil reais) (item 3 desta instrução);

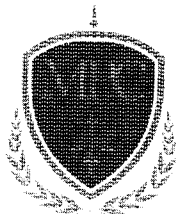
4.19 - Descumprimento ao prescrito nas Portarias nº 664 e 665/2010 e 438/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional, no que concerne a fidedignidade das informações apresentadas no Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, tendo em vista que o saldo de caixa e equivalente de caixa final (coluna exercício atual) no valor de R\$16.917.060,16 (dezesseis milhões, novecentos e dezessete mil e sessenta reais e dezesseis centavos) registrado neste demonstrativo não espelha o saldo de R\$18.608.306,72 (dezoito milhões, seiscentos e oito mil, trezentos e seis reais e setenta e dois centavos) registrado a este título no Balanço Financeiro e no Balanço Patrimonial (item 3 desta instrução);

4.20 - Descumprimento ao prescrito no artigo 8º c/c Anexo B da Instrução Normativa nº 39/TCER/2013, por haver deixado de encaminhar via SIGAP - Módulo Gestão Fiscal o Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida integrante do Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre de 2014 (Processo nº 0849/2014 - Gestão Fiscal-2014) (conforme item 3 desta instrução);

Nesse contexto, o corpo instrutivo concluiu que as contas devem receber **Parecer Prévio pela aprovação com ressalva.**

Assim, vieram os autos a este *Parquet* de Contas para manifestação ministerial.





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015
.....

É o relatório.

Primeiramente, insta dizer que, quanto à tramitação processual nessa Corte de Contas, não há reparo a ser feito, merecendo destacar a concessão de oportunidade aos responsáveis para se manifestarem antes da emissão do Parecer Prévio, em observância ao devido processo legal.

Ademais, verifica-se que o prazo estatuído na Constituição Estadual, em seu art. 52, alínea "a", e no art. 12 do Regimento Interno do TCE/RO, foi cumprido, já que a presente prestação de contas foi entregue na Corte no dia 31.03.2015, por meio do Ofício n. 149/GABINETE/2015, de 30.03.2015, sob protocolo n. 1831/2015 (fls. 02).

No mais, as demonstrações contábeis foram elaboradas de forma consolidada às do Instituto de Previdência, sendo os resultados devidamente segregados pelo corpo técnico quando da análise das contas.

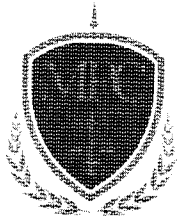
Segundo informações da unidade técnica (fls. 1899), a gestão em exame não foi objeto de Auditoria Ordinária, pois o jurisdicionado não constou da programação da Corte.

Cumpre consignar que este *Parquet* constatou a existência de outros procedimentos¹ em trâmite na Corte, os quais, não representam empecilho ao exame destas contas de governo².

¹ Processo n. 1847/2014 - Representação - inadimplemento no pagamento de serviços de água e esgoto; Processo n. 276/2015 - possíveis irregularidades na renúncia de receitas; Processo n. 384/2015 - Representação formulada pelo Prefeito Municipal acerca de possíveis irregularidades quanto a desvio de recursos públicos da folha de pagamento do Município.

² Pois constituem exames de atos de gestão que, por sua natureza, diferem das **contas de governo** ora apreciadas pela Corte. Estas são contas globais, prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo, tendo como principal objetivo expressar os planos de governo e sua correspondente execução, sob os aspectos orçamentário e financeiro, de acordo com determinadas balizas predefinidas, tais como, os limites constitucionais e legais de planejamento e execução do orçamento e das finanças públicas. Nesse sentido, a lição de Harrison Leite: "*As contas de governo estão atreladas ao cumprimento dos índices constitucionais de gastos em educação e saúde, limites de gastos com pessoal, dentre outros. No*





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015

No entanto, caso haja, posteriormente, notícia de irregularidade afeta ao exercício sob análise, também não haverá óbices à sua apuração e à devida responsabilização do gestor, em sede de contas de gestão, como é

*caso dos municípios, verifica-se (i) se o prefeito aplicou em educação pelo menos 25% dos impostos arrecadados e transferidos; (ii) da mesma forma, se aplicou o percentual mínimo de 15% na área da saúde dos impostos arrecadados e transferidos; (iii) se não ultrapassou o limite legal de 54% da Receita Corrente Líquida com pagamento de pessoal [...], dentre outros." In: LEITE, Harrison. **Manual de Direito Financeiro**. 4ª Ed. Revista, ampliada e atualizada. Salvador: JusPodium, 2015.*

Por outro lado, as **contas de gestão**, tem abrangência restrita a atos específicos e sem capacidade de interferência direta ou expressiva no planejamento de políticas públicas ou sua execução, a exemplo cita-se, os atos de ordenação de despesas individualizados, deflagração de licitações, contratação individualizada de servidor, entre outros, sobre os quais a Corte profere julgamento.

Essa clara dissemelhança, porém, não exclui a apreciação dos reflexos dos atos de gestão nas contas de governo. De modo que, ao apreciar as contas de governo, a Corte deve realizar análise conjunta e abrangente em relação aos atos de gestão, com vistas à formação de juízo de mérito sobre a atuação do responsável. Esse é o entendimento esposado pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão proferida no Mandado de Segurança n. MS 30.322/DF:

5. Não procede, de igual modo, o argumento segundo o qual as penas de multa aplicadas nessas tomadas de contas especiais impediriam a aplicação de nova pena no julgamento do Processo TC n. 009.880/2004- 9. Isso porque o objeto de exame desses processos foi distinto. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União esclareceu:

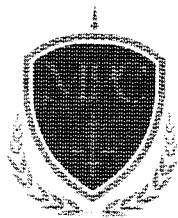
[...] as tomadas de contas especiais (...) destinaram-se à apuração de fatos específicos, de forma isolada, (...) já o processo de prestação de contas (...) foi autuado com o objetivo de avaliar e julgar o desempenho e a conformidade da gestão (...), ou seja, aprecia-se o conjunto dos atos de gestão praticados pelos administradores em determinado exercício. Assim, enquanto nos processos de tomadas de contas especiais (...) os atos que lhe deram origem foram apreciados isoladamente, no processo de prestação de contas tais atos (já reputados irregulares) são examinados em conjunto e em confronto com os demais atos de gestão a ele atribuídos, com vistas à formação do juízo de mérito sobre a gestão do responsável (...), a qual é julgada irregular, regular ou regular com ressalva. (...) Ou seja, verifica-se se o apurado nas tomadas de contas especiais tem o condão de macular o conjunto da gestão do responsável.

O Processo TC n. 009.880/2004-9 teve como objeto a **prestação de contas** da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev no exercício de 2003 e, portanto, o **exame de todos os atos praticados no período por seus ex-gestores. Em razão das diversas falhas constatadas naquelas tomadas de contas especiais, que apuravam fatos pontuais, o Tribunal de Contas da União julgou irregulares as contas** apresentadas e decidiu inabilitar o Impetrante para o exercício de cargo em comissão ou função comissionada, nos termos da Lei n. 8.443/1992 [...] STF, Relator: Min. CÂRMEN LÚCIA, Data de Julgamento: 25/10/2011, Primeira Turma. (grifo nosso)

Diante disso, quando da análise das contas de governo deve-se examinar os atos de gestão cujos efeitos possam interferir na formulação de opinativo de aprovação ou reprovação.

Nesse contexto, convém citar que a instrução inicial do Processo n. 384/2015 (Representação), considerado pelo *Parquet* como o mais significativo dentre os atos de gestão avaliados no Município, não indicou irregularidades afetas diretamente ao Prefeito Municipal, o qual propôs a referida Representação perante a Corte, concernentes a desvio de recursos ou qualquer outra conduta danosa ao erário. Portanto, neste caso concreto, consigno que os procedimentos em trâmite na Corte não impactam as contas a ponto de sobrestar sua apreciação.





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015

provável que ocorra em relação aos desdobramentos da *Operação Logro*, deflagrada pelo Ministério Público Estadual e a Polícia Civil, para investigar um suposto esquema de desvio de dinheiro (cerca de R\$ 3 milhões entre 2009 e 2015) na folha de pagamento do Município³, assunto tratado no já citado Processo n. 384/2015.

Acerca da execução orçamentária do Município de São Miguel do Guaporé, afere-se que a Lei Municipal n. 1296, de 23.12.2013, que aprovou o orçamento para o exercício de 2014, estimou a Receita e fixou a Despesa em R\$ 40.195.781,00.

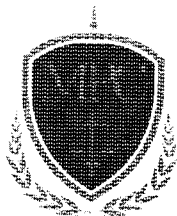
Para as despesas não orçadas (especiais) e para as insuficientemente dotadas (suplementares) houve a abertura de créditos adicionais, nos valores de R\$ 18.772.531,21 e R\$ 11.029.268,98, respectivamente, o que totaliza R\$ 29.801.800,19. Diga-se que o orçamento inicial também foi alterado pelas anulações de créditos na monta de R\$ 7.111.704,47.

Assim, somando o orçamento inicial (R\$ 40.195.781,00) com a abertura de créditos (R\$ 29.801.800,19) e diminuindo as anulações retromencionadas (R\$ 7.111.704,47), afere-se que a autorização final da despesa foi de R\$ 62.885.876,72. Em que pese a aludida autorização, o Executivo Municipal, no decorrer do exercício, empenhou despesas no montante de **R\$ 42.052.855,84**, obtendo, ao final do exercício, uma economia de dotação de R\$ 20.833.020,88 (fls. 1909).

Depreende-se do relatório preliminar, especificamente às fls. 1910, que foram utilizados como fontes para a abertura dos créditos adicionais no exercício de 2014, recursos provenientes de **excesso de arrecadação** (R\$ 1.231.670,00), de **superávit financeiro** (R\$ 3.395.094,51), de recursos vinculados (R\$ 18.063.331,21) e da **anulação de dotação** (R\$ 7.111.704,47).

³ <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2015/10/mp-e-pc-investigam-desvios-de-r-3-mi-na-prefeitura-de-sao-miguel-ro.html>





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015

Quanto à capacidade de cobertura dos créditos abertos por excesso de arrecadação, o corpo técnico, às fls. 1911, anotou que não foi possível verificar, fonte a fonte, a existência de excesso de arrecadação para cobertura de todos os créditos abertos (R\$ 1.231.670,00), pois não há nos autos elementos suficientes para que se processe essa análise. Assim, da análise técnica, extrai-se que restou comprovada a regularidade da abertura de crédito por excesso de arrecadação apenas do montante de R\$ 417.000,00, estando a descoberto o restante do valor, qual seja, R\$ 814.670,00.

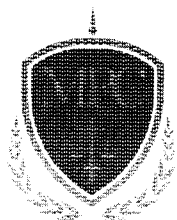
Apesar disso, o corpo técnico não apontou a infringência ao disposto no artigo 167, II, da Constituição Federal, c/c artigo 43 da Lei Federal n. 4.320/64, dessa forma, o gestor não foi chamado a se manifestar quanto ao ponto.

Nada obstante, apesar de cabível a indicação de que, *ab initio*, houve falha na abertura de créditos com base no *excesso de arrecadação*, cabe salientar que, a gravidade da infringência é atenuada pelo fato de que tais créditos sequer foram utilizados, visto que ocorreu enorme economia orçamentária (R\$ 20.833.020,88), do que se conclui ser remotíssima a possibilidade de utilização efetiva de recursos fictícios.

De outro turno, quanto à capacidade de cobertura dos créditos abertos com base no **superávit financeiro do exercício anterior** (2013), o corpo técnico verificou que o saldo existente nessa fonte (R\$ 3.932.444,38) é suficiente para sustentar a indicação de todos os créditos adicionais abertos (R\$ 3.395.094,51). Desta feita, concluiu que houve cumprimento ao artigo 43, II, § 3º, da Lei Federal n. 4.320/1964 e artigo 167, V, da Constituição Federal de 1988.

No tocante à abertura de créditos adicionais suplementares foi apontado, também pela unidade técnica (fls. 1909), que o Município não observou o limite permitido na LOA para a abertura de tais créditos adicionais, os quais representam 27,34% da dotação inicial, em descumprimento à Lei Orçamentária, a qual fixou o limite de 25% para alterações no orçamento.





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015

Por outro lado, destacou que, conforme entendimento pacificado nessa Corte de Contas, o limite permitido na LOA para a alteração unilateral do orçamento diretamente, por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo, é desarrazoado (25%), pois consoante Decisão n. 232/2011- Pleno (Processo n. 1133/2011), a alteração máxima admitida corresponde a 20% do orçamento inicial.

Instado, o gestor afirmou que (Protocolo n. 10527/2015):

Esclarecemos que o texto do artigo 5º da Lei nº 1.296/2013 (LOA 2014), autoriza a abertura de créditos adicionais até o limite de 25% do valor total de lei orçamentária, ocorre que a administração utilizou o instituto da transferência para adequação dos créditos orçamentários dentro do mesmo órgão, nos decretos municipais nº 12/2014 de 13/01/2014, R\$.173.577,50, nº 25/2014 de 23/01/2014 R\$.266.500,00, nº. 38/2014 de 13/02/2014 R\$. 74.775,00, nº. 56/2014 de 06/03/2014 R\$. 17.000,00, nº. 076/2014 de 24/03/2014 R\$. 126.600,00 e nº 095/2014 de 26/03/2014 R\$.794.000,00, estado esse valores fora do percentual de 25% autorizado na lei orçamentária, uma vez que obedecem ao artigo 167 da Constituição Federal, com isso solicitamos a elisão desse apontamento. (Sic)

Por sua vez, o corpo técnico concluiu (fls. 2102):

Análise da justificativa: Em que pese o justificante haver informado que se trata de transferência de um órgão para outro, não vislumbramos nas informações e nos documentos apresentados o cumprimento da exigência legal para tal prática, vejamos o que diz o mandamento Constitucional:

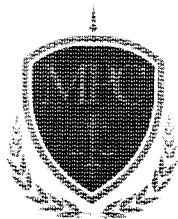
Art. 167. São vedados:

[...]

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

Desta feita, ao analisarmos o Anexo TC 18 - Demonstrativo das Alterações Orçamentárias encartado às págs. 2056/2062 verificamos que as transferências de recursos mencionadas pelo justificante tiveram como substrato legal a Lei Orçamentária do exercício (Lei nº 1.296/2013). Contudo, por força do artigo 165, §8º da Constituição, a lei orçamentária anual pode conter autorização prévia, genérica, global para a abertura de créditos adicionais suplementares, **mas não** para a transposição, remanejamento e transferências de





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE RONDÔNIA

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

recursos, logo, o instrumento utilizado pelo ente mostrou-se inadequado.

Sendo assim, **resta-nos manter a impropriedade.**

No ponto, o MPC corrobora a análise técnica, por seus próprios fundamentos, quanto à permanência da infringência. Assim, embora a irregularidade não tenha o condão de *per si* macular as contas em apreço, deve-se determinar ao gestor que se abstenha de proceder à abertura de créditos suplementares acima do limite autorizado na LOA e ainda que estabeleça limite razoável para alteração do orçamento que, com base na jurisprudência acima citada, é de até 20%.

Quanto ao resultado orçamentário consolidado do exercício, verifica-se que a receita efetivamente arrecadada foi de R\$ 48.131.936,12, ao passo que a despesa empenhada totalizou R\$ 42.052.855,84, demonstrando um superávit orçamentário consolidado de **R\$ 6.079.080,28.**

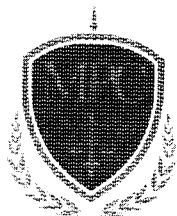
Todavia, a comando do parágrafo único do artigo 8º c/c art. 50, incisos I e III da LRF, deve-se aferir os resultados individualmente. Desta feita, após as exclusões das receitas arrecadadas (R\$ 3.443.569,12) e as despesas realizadas (R\$ 690.615,66) à conta do Instituto de Previdência, verifica-se que a receita arrecadada do Município totalizou R\$ **44.688.367,00** e as despesas realizadas atingiram R\$ **41.362.240,18**, o que demonstra um resultado orçamentário superavitário em R\$ **3.326.126,82.**

No mesmo diapasão foi verificado se a municipalidade obteve equilíbrio financeiro das contas. Desse exame, depreende-se dos autos, às fls. 1923/1924, que, de forma consolidada, o resultado financeiro foi superavitário no valor de **R\$ 18.584.553,80⁴.**

De outro turno, em atendimento ao comando do parágrafo único do artigo 8º c/c art. 50, incisos I e III da LRF a unidade técnica efetuou o cálculo

⁴ Ativo Financeiro (R\$ 18.608.306,72) – Passivo Financeiro (R\$ 23.752,92), conforme relatório técnico às fls. 1923.





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015

do **resultado financeiro do ente municipal**, ou seja, procedeu à exclusão dos valores correspondentes aos ativos financeiros (R\$ 11.324.957,57) e passivos financeiros (R\$ 0,00) do Instituto de Previdência, registrando, ao final, a ocorrência de superávit financeiro do Município no total de **R\$ 7.259.596,23** (fls. 1923).

Dessarte, verifica-se que foi respeitado o princípio do equilíbrio previsto no artigo 1º, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, tanto no aspecto orçamentário, quanto no financeiro.

A respeito da dívida ativa, consoante dados extraídos do relatório técnico, às fls. 1906/1908, **no exercício de 2014 não houve inscrições na conta. Assim, o saldo inicial de R\$ 4.434.355,72 foi alterado apenas pelas baixas na conta da dívida ativa que totalizaram R\$ 1.087.223,62**, sendo R\$ 234.157,66 referentes à arrecadação e R\$ 853.065,96 referentes aos cancelamentos de créditos.

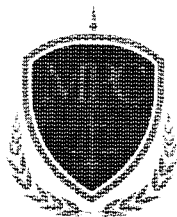
A princípio, constata-se que o responsável pela administração municipal não agiu no sentido de promover a inscrição de créditos na dívida ativa, pelo contrário, quedou-se inerte e omissor, pois, como dito, no exercício de 2014 não houve quaisquer acréscimo de valores na conta.

Quanto a essa irregularidade, o corpo técnico não se manifestou, não sendo oportunizado ao responsável o legítimo direito de defender-se.

Nesse contexto, conveniente mencionar que ao Administrador incide o dever de instituir, prevê e efetivamente arrecadar os tributos da esfera de competência do ente federativo. Essa obrigação integra o apanágio da indisponibilidade do interesse público e constitui requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal, nos termos do art. 11 da Lei Complementar n. 101/2000⁵.

⁵ E para além das competências dos Tribunais de Contas, a conduta omissiva do agente quanto ao dever de cobrar tributo constitui ato de improbidade administrativa lesivo ao erário, segundo as disposições do art. 10, inc. X, da Lei Federal n. 8429/1992.





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015

Assim, malgrado não ter havido o necessário contraditório, opino pela expedição de determinação ao gestor para que promova a efetiva inscrição na conta da dívida ativa de todos os créditos que se encontrem em condições de exigibilidade, evitando reincidir em tal conduta omissiva quanto à matéria.

Quanto aos créditos cancelados, trago à colagem o posicionamento técnico, exarado no relatório preliminar (fls. 1907):

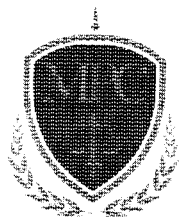
Destaca-se ainda o registro de cancelamentos de créditos no valor de R\$ 853.065,96 (oitocentos e cinquenta e três mil, sessenta e cinco reais e noventa e seis centavos), correspondente a 19,24% do saldo existente naquela conta, todavia, em que pese esta situação, não se pode afirmar que os cancelamentos havidos caracterizam renúncia de receita posto a inexistência de informações suficientes nos autos da prestação de contas que conduzam a esta conclusão. **Por oportuno salientamos que a discussão do cancelamento de créditos inscritos na dívida ativa reserva-se a processo próprio de apuração de ato de gestão.**

Ainda em relação aos cancelamentos impende destacarmos que o Balanço Patrimonial e o demonstrativo auxiliar (Anexo TC 13 - Demonstrativo Sintético das Contas do Ativo Permanente) não demonstram por meio de Nota Explicativa informações que permitam entrever a que se referem os cancelamentos ocorridos, portanto, em oposição ao prescrito na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Portaria nº 437/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional. (grifamos)

Instado acerca do apontamento, o gestor informou ter apresentado um novo Anexo TC-13, contendo as respectivas notas explicativas para evidenciar os motivos dos cancelamentos e, por consequência, justificá-los.

Ocorre que, segundo a unidade técnica, não há nos autos a documentação anunciada, de modo que não findou esclarecida a motivação do cancelamento realizado na conta da dívida ativa, no montante de R\$ 853.065,96. Nesse contexto, o corpo técnico considerou que a questão atinente à possível renúncia de receitas não deve ser abordada nestes autos, tendo em vista tratar-se de ato de gestão que deve ser apurado em processo próprio, no qual seja viabilizado o exercício do contraditório pelos responsáveis.





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

Fis. n.
Proc. n. 1831/2015

Por consequência, pugnou pela permanência da infringência relativa à ausência das aludidas notas explicativas, porém não aprofundou sua análise quanto a uma possível renúncia de receitas.

Ab initio, o *Parquet* discorda do entendimento técnico quanto ao não chamamento do gestor nestes autos para apresentação de justificativas quanto à eventual renúncia de receitas, em face do cancelamento de créditos no montante de R\$ 853.065,96. Indubitavelmente, a questão deveria ter sido esclarecida antes do opinativo da Corte acerca das contas, notadamente porque se cuida de tema afeto à responsabilidade fiscal⁶ e, como tal, inserido no contexto da gestão política da comuna, sindicável, como cediço, nas contas de governo.

Nada obstante, considero inviável o retorno dos autos ao corpo técnico para nova análise quanto ao ponto, pois já existem elementos suficientes à emissão de Parecer Prévio conclusivo. Apesar disso, o MPC opina pela abertura de procedimento específico para apurar a motivação dos cancelamentos de créditos da dívida ativa, a fim de verificar se houve integral atendimento ao que preceitua a legislação acerca da matéria, especialmente o art. 14, “caput”, incisos I e II, da LRF, que requer minucioso estudo e planejamento, de modo a identificar as consequências imediatas e futuras sobre a arrecadação e indicar as medidas de compensação cabíveis, incluindo:

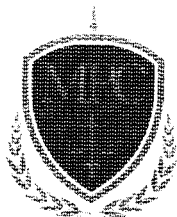
- a) Acompanhamento de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes;
- b) Atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias; e

⁶ Conforme dispõe o art. 1º, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, *in verbis*:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a **renúncia de receita**, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

Fis. n.
Proc. n. 1831/2015

c) Atender a pelo menos uma das seguintes condições:

c.1) demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias; ou

c.2) estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição⁷.

Por fim, opina-se pela expedição de determinação ao gestor para que nos exercícios seguintes⁸, sob pena de reprovação das contas anuais na hipótese de reincidência⁹, especifique e comprove todos os lançamentos realizados na conta da dívida ativa, demonstrando separadamente os valores correspondentes à **inscrição, arrecadação e eventuais cancelamentos, revisões ou ajustes**, sendo que, no caso de cancelamento ou qualquer outro lançamento que acarrete a redução de créditos da dívida ativa, comprove, de antemão, a observância ao art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

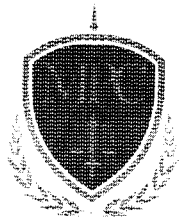
Ademais, quando da elaboração do relatório anual de medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos, a municipalidade deverá especificar, no mínimo: 1) as medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos de competência do Município; 2) a quantidade e valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa; 3) a evolução do montante de créditos passíveis de cobrança administrativa; e, 4) os resultados obtidos a partir do implemento das medidas de execução ou protesto extrajudicial, utilizando, para tanto, dados comparativos entre o exercício vigente e os anteriores.

⁷ LEITE, Harrison. **Manual de Direito Financeiro**. 4ª Ed. Revista, ampliada e atualizada. Salvador: JusPodium, 2015.

⁸ A partir do exercício de 2016.

⁹ Art. 16, inc. III, §1º, Lei Complementar n. 154/1996.





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015

No que tange ao valor arrecadado no exercício em voga (R\$ 234.157,66), tem-se que este é inexpressivo, pois corresponde a apenas 5,28% do saldo anterior.

Nesse sentido, mister que se implementem as medidas necessárias a permitir a utilização do instrumento de protesto extrajudicial para cobrança de créditos da dívida ativa municipal, nos termos do que preconiza a Lei Federal 9492/97, a Lei Estadual n. 2913/12, bem como o Ato Recomendatório Conjunto firmado em 13.01.14 por esse Tribunal, pelo Ministério Público de Contas e pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia, conforme foi anteriormente determinado pela Corte quando da apreciação das contas de São Miguel do Guaporé, relativamente ao exercício de 2013, por meio da **Decisão n. 341/2014- Pleno**¹⁰, *in verbis*:

DECISÃO Nº 341/2014-PLENO

[...]

II - Determinar ao atual Prefeito do Município de São Miguel do Guaporé que:

[..]

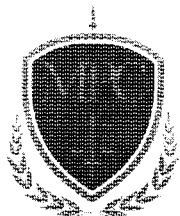
e) incremente, ainda mais, a arrecadação da dívida ativa, utilizando-se de expediente administrativo, como o protesto extrajudicial e, acaso não obtido o sucesso, que se lance mão da via judicial, com o fim de diminuir o saldo acumulado e de evitar a prescrição;

A esse propósito, conveniente ressaltar que a jurisprudência da Corte tem determinado a adoção de tais medidas para cobrança da dívida ativa, como se vê do excerto, abaixo transcrito, da Decisão n. 25/2014-Pleno, proferida nos autos do Proc. n. 1523/2012-TCERO:

II - Determinar ao atual Prefeito de Rolim de Moura Senhor Cesar Cassol, que aprimore a sistemática de cobrança da dívida ativa, otimizando os procedimentos para promover a cobrança no menor lapso de tempo possível, em cumprimento das determinações expostas no art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000 c/c Ato

¹⁰ Processo n. 01178/2014/TCER.





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE RONDÔNIA

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015
.....

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

Recomendatório Conjunto, firmado entre o Tribunal de Justiça,
Tribunal de Contas e Ministério Público do Estado de Rondônia;

Também nesse sentido, caminhou a Decisão n. 78/2014-Pleno,
proferida nos autos de n. 1115/2008-TCERO¹¹:

II – Determinar ao atual prefeito que:

[...]

b) em articulação com a Procuradoria-Geral do Município e a Secretaria Municipal de Fazenda, promova os estudos necessários para fim de edição de ato legislativo com vista a permitir a utilização do instrumento de protesto para cobrança de crédito da dívida ativa municipal, nos moldes delineados pela Lei Federal nº 9.492/1997 e no Ato Recomendatório Conjunto expedido em 13 de janeiro de 2014 por esta Corte de Conta, pelo Ministério Público de Contas e pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia;

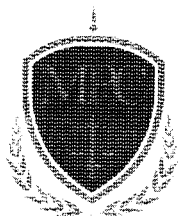
Nessa esteira, mister que se determine ao Gestor Municipal de São Miguel do Guaporé que atente para o cumprimento da Decisão n. 341/2014-PLENO, quanto à utilização do protesto extrajudicial como medida prévia de ajuizamento das execuções judiciais para os créditos tributários ou não tributários, cuja aferição e consequências de eventual descumprimento terão lugar por ocasião da apreciação das contas alusivas ao exercício de 2015¹².

Finda a análise das alterações orçamentárias, dos resultados orçamentário e financeiro, e da dívida ativa, cabe registrar que os índices mínimos de aplicação dos recursos nas áreas da educação e da saúde foram cumpridos. Vejamos:

Inicialmente registre-se que o corpo técnico destacou a ausência de vários demonstrativos de aplicação de recursos na educação. Contudo, esclareceu que a análise não restou prejudicada, pois foram encaminhados os Anexos

¹¹ Outras decisões no mesmo sentido: Decisão n. 212/2014-Pleno (Proc. n. 1722/2013). -TCERO); Decisão n. 221/2012-Pleno (Proc. n. 1.460/2012-TCERO); Decisão n. 222/2014-Pleno (Proc. n. 1.611/2005-TCERO); Decisão n. 250/2014-Pleno (Proc. n. 1.247/2011-TCERO).

¹² Prazo razoável para a adoção das medidas, tendo em vista que o ato recomendatório conjunto foi enviado a todos os Municípios no início do exercício de 2014 e a ciência da Decisão n. 341/2014-PLENO, exarada nos autos do Processo n. 1788/2014, referente à prestação de contas do exercício anterior, ocorreu no início do exercício de 2015.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

Fis. n.
Proc. n. 1831/2015
.....

II e III – A da Instrução Normativa n. 022/TCER/2007 junto ao Balanço Geral¹³, o que viabilizou a aferição dos valores aplicados.

Na manutenção e desenvolvimento do ensino foram aplicados 30,57% (R\$ 7.616.952,10) das receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais (R\$ 24.915.529,31), conforme levantamento de fls. 1915/1917, realizado pela unidade técnica da Corte, ultrapassando, assim, o percentual mínimo de 25% exigido pelo art. 212 da Constituição Federal.

Em relação aos gastos referentes à remuneração dos profissionais da educação básica (Magistério), que têm previsão legal mínima de 60%, o corpo instrutivo, especificamente às fls. 1917/1918, apontou que o Município de São Miguel do Guaporé, com os gastos efetuados (R\$ 6.324.125,60), atingiu o percentual de 65,87% do total dos recursos do FUNDEB, que foram de R\$ **9.601.554,72**, acima, portanto, do limite previsto de 60% exigido pelo art. 22 da Lei Federal n. 11494, de 2007.

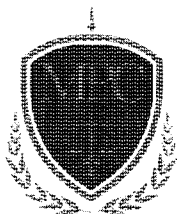
Quanto às outras despesas do FUNDEB (40%), o Município aplicou 34,45% (R\$ 3.308.108,51) dos recursos recebidos, perfazendo um total gasto no FUNDEB (60% e 40%) de R\$ **9.632.234,11**, que corresponde a 100,32% dos recursos recebidos no exercício.

Quanto à composição financeira do FUNDEB, o corpo técnico verificou que o saldo a existir nas contas correntes que lhe são afetas era de R\$ **90.430,05**, porém, o saldo existente em 31.12.2014 era de R\$ **88.218,40**, o que indica uma diferença a menor nas contas do FUNDEB no total de R\$ **2.211,65**. Por essa razão, o corpo técnico indicou possível utilização de recursos do FUNDEB para pagamento de despesas estranhas à sua finalidade.

Devidamente notificado, o gestor informou que o valor da diferença a menor apurada na conta do FUNDEB foi devidamente restituído em

¹³ Às fls. 713/725.





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

Fis. n.
Proc. n. 1831/2015
.....

30.03.2015, conforme os extratos bancários juntados aos autos (Protocolo n. 10527/2015).

Diante disso, o corpo técnico, às fls. 2102, concluiu pelo saneamento da infringência, pois restou comprovada a devolução de recursos para o FUNDEB no total de R\$ 2.211,75, entendimento corroborado pelo *Parquet*.

De outro turno, a municipalidade aplicou nas ações e serviços públicos de saúde o percentual de 24,12% (R\$ 6.010.724,66) das receitas resultantes de impostos (R\$ 24.915.529,31) quando o mínimo estabelecido é de 15%, cumprindo o disposto no artigo 198, § 2º, II e III, da Constituição Federal c/c o artigo 77, II e III, do ADCT e artigo 17, II, da Instrução Normativa n. 022/07 do TCERO, conforme levantamento de fls. 1918/1920, realizado pelo corpo técnico da Corte de Contas.

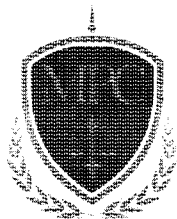
No que tange aos repasses ao Poder Legislativo, o Município de São Miguel do Guaporé, por possuir, à época, uma população estimada de 23.803¹⁴ habitantes, está cingido ao limite de 7% (R\$ 1.694.931,46) das receitas efetivamente arrecadadas no exercício anterior, como fixado no inciso I do art. 29-A da Constituição Federal de 1988.

Pelo que se observa, o montante dos recursos efetivamente transferidos pelo Poder Executivo de São Miguel do Guaporé à sua Casa de Leis importou em R\$ 1.671.608,88¹⁵, ou seja, 6,90% da receita-base (R\$ 24.213.306,63), portanto, em conformidade com o percentual prescrito no inciso I do art. 29-A da Constituição Federal.

Por outro lado, consta nos autos a informação de que o valor do repasse ao Legislativo previsto na Lei Orçamentária Anual era de R\$ 1.615.000,00 (fls. 1932). Nessa senda, considerando o total dos recursos efetivamente repassados (R\$

¹⁴ Fonte: informações apuradas no período intercensitário divulgadas como estimativas populacionais pelo IBGE, DISPONÍVEL EM: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativas_2014_TCU.pdf

¹⁵ Há nos autos indicação de que o Poder Legislativo procedeu à devolução de R\$ 19.637,68 ao Poder Executivo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015
.....

1.671.608,88), constata-se que o Poder executivo efetuou repasse a maior em relação à previsão da LOA.

Ao pontuar a questão, o corpo técnico destacou (fls. 1932):

[...] embora o valor do repasse tenha sido superior ao valor de R\$ 1.615.000,00 (um milhão, seiscentos e quinze mil reais) definido no instrumento de planejamento do exercício6, restou demonstrado que este se manteve inferior ao limite permitido constitucionalmente para o período, portanto, restando preservado o disposto no inciso I do art. 29-A da Constituição Federal de 1988.

Vale observar que nos autos da prestação de contas da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé (Processo n. 1642/2015/TCE-RO), há indicação de que ao longo do exercício de 2014 a dotação orçamentária da Câmara inicialmente aprovada na LOA foi alterada por créditos adicionais, da seguinte forma:

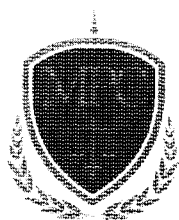
Repasse fixado na Lei Orçamentária Anual	R\$ 1.615.000,00
Crédito suplementares (+)	R\$ 221.128,39
Anulação de Dotação (-)	R\$ 164.519,51
Anulação de dotação da prefeitura (-)	R\$ 56.608,88
TOTAL DE REPASSE AUTORIZADA	R\$ 1.671.608,88

Fonte: Processo n. 1642/2015/TCE-RO

Constata-se que, em razão das alterações orçamentárias, o repasse autorizado na LOA para o Poder Legislativo totalizou R\$ 1.671.608,88, o que se compatibiliza com o repasse efetivamente realizado (R\$ 1.671.608,88). Portanto, pode-se concluir que da forma em que foi realizado, o repasse ao Poder Legislativo mostra-se compatível tanto com a Lei Orçamentária Anual n. 1296/2013, como com a previsão do art. artigo 29-A da Constituição da República.

Acerca da abordagem do controle interno sobre as presentes contas, às fls. 1928/1930, percebe-se que o aludido órgão manifestou-se por meio dos documentos exigidos, constantes no Processo n. 875/2014 (apenso). Também, de se





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015
.....

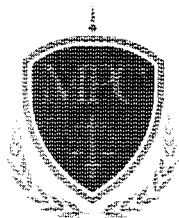
ressaltar que o corpo técnico assinalou que o referido órgão efetuou fiscalização nas áreas de almoxarifado, consumo de combustível, patrimônio, recursos humanos, licitação e contratos administrativos, acompanhamento da aplicação de recursos na educação e na saúde, diárias, suprimento de fundos, entre outras. Dessarte, a unidade técnica concluiu que o órgão tem desempenhado satisfatoriamente sua missão estabelecida na Constituição Federal.

No entanto, cumpre destacar que não há nos autos indicação de que tenha havido atuação do órgão de controle interno no sentido de identificar e rechaçar as impropriedades na folha de pagamento do Município, noticiadas à Corte pelo Prefeito Municipal, conforme o já citado Processo n. 384/2015.

Ademais, saliente-se que, recentemente, a Corte editou a Decisão Normativa n. 001/2015/TCE-RO que estabelece as diretrizes gerais sobre a implementação e operacionalização do sistema de controle interno para os entes jurisdicionados, a qual deverá, doravante, ser observada pelo Município de São Miguel do Guaporé, especialmente quanto à estruturação e competências do controle interno, a fim de aprimorar sua atuação.

Quanto à Gestão Fiscal (Processo n. 849/2014), a análise empreendida às fls. 1930/1931, indicou que, em relação àqueles autos foram identificadas apenas duas infringências com poder reflexivo sobre as contas em apreço, atinentes ao não encaminhamento de dados de gestão fiscal e do relatório anual das medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos do exercício de 2014.

Em sede de análise de justificativas, o corpo técnico considerou que as infringências não foram sanadas, porém que não ensejam a reprovação das contas em apreço, tendo em vista a natureza formal que as caracteriza, entendimento corroborado pelo *Parquet*.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015

Ainda acerca da gestão fiscal, perora-se que a despesa com pessoal do Poder Executivo, ao final do exercício, alcançou o percentual de 46,53% (R\$ 20.670.671,78) da receita corrente líquida (R\$ 44.423.079,35), havendo, assim, conformidade com o disposto no art. 169 da Constituição Federal e alínea "b" do inciso II do art. 20 da Lei Complementar 101/00, que fixou como limite máximo para aquela despesa o percentual de 54% da RCL.

Diante do exposto, o Ministério Público de Contas opina pela emissão de **PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO COM RESSALVAS** das contas anuais do Município de São Miguel do Guaporé, exercício de 2014, de responsabilidade do Senhor Zenildo Pereira Dos Santos – Prefeito, com fundamento no art. 35 da Lei Complementar n. 154/96 c/c art. 49 do Regimento Interno dessa Corte, em razão das seguintes infringências remanescentes:

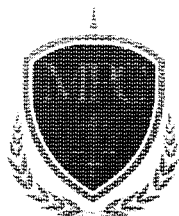
I - Descumprimento ao Princípio da Publicidade insculpido no artigo 37 *caput* da Constituição Federal c/c inciso VI, alínea "d", do artigo 11 da Instrução Normativa n. 013/TCER/2004, por deixar de encaminhar à Corte de Contas prova de publicação dos Balanços do exercício de 2014 em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação no Município;

II - Descumprimento ao artigo 13 da Constituição Estadual c/c inciso VI, alínea "e", do artigo 11 da Instrução Normativa n. 013/TCER/2004, por deixar de encaminhar à Corte de Contas a prova de publicação da relação nominal dos servidores ativos e inativos ao final do exercício em Diário Oficial;

III - Descumprimento ao disposto na alínea "i" do inciso IV, do artigo 11 da Instrução Normativa n. 013/TCER/2004, em face do não encaminhamento a esta Corte de Contas do Anexo TC 16 - inventário físico-financeiro dos bens imóveis em mídia eletrônica;

IV - Descumprimento ao disposto na alínea "j" do inciso VI, do artigo 11 da Instrução Normativa n. 013/TCER/2004, por não haver encaminhado cópia do ato de nomeação da comissão de elaboração dos inventários físico-financeiro dos bens móveis e imóveis;

V - Descumprimento ao artigo 53 da Constituição Estadual c/c artigo 5º da Instrução Normativa n. 019/TCER/2006, por haver encaminhado intempestivamente os balancetes dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro de 2014;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015
.....

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

VI - Descumprimento ao disposto no artigo 13 e inciso I e II do artigo 14 da Instrução normativa n. 022/TCER/2007, por deixar de encaminhar a esta Corte os demonstrativos de aplicação de recursos na educação elencados a seguir:

- a) Anexo IV - Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino relativo aos meses de fevereiro, março e abril/2014;
- b) Anexo X - Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos vinculados ao Fundeb referente aos meses de fevereiro, março, abril, junho e julho/2014;
- c) Anexo XI - A - Demonstrativo consolidado das receitas do Fundeb relativo ao mês de dezembro/2014;

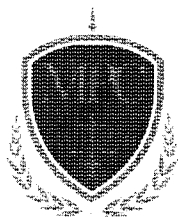
VII - Descumprimento parágrafo único do art. 13 da Instrução Normativa n. 022/TCER/2007, em face do não encaminhamento do Anexo VI - Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos próprios vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino referente ao mês de dezembro/2014;

VIII - Descumprimento ao disposto no inciso I do artigo 22 da Instrução Normativa n. 022/TCER/2007, por deixar de encaminhar à Corte os demonstrativos de aplicação de recursos na saúde elencados a seguir:

- a) Anexo XIV - Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos próprios vinculados a ações e serviços públicos de saúde referente aos meses de fevereiro, março, abril e outubro/2014;
- b) Anexo XV - demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos próprios arrecadados no exercício subsequente relativos a ações e serviços públicos de saúde atinente ao mês de novembro/2014;
- c) Anexo XVI - Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos próprios vinculados às ações e serviços públicos de saúde relativo ao mês de dezembro/2014.

IX - Descumprimento ao prescrito no artigo 5º da Lei n. 1.296/2013 (LOA 2014), tendo em vista a suplementação do orçamento por meio da abertura de créditos adicionais suplementares em percentual superior ao definido no instrumento de planejamento;

X - Descumprimento ao preceituado no § 3º, do art. 164, da Constituição Federal e o teor da Instrução Normativa n. 24/TCER/2008, haja vista que, ao final do exercício financeiro de 2014, parte dos recursos financeiros do Município restou depositada em banco privado (conta n. 200-3 Bradesco - saldo de



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

R\$ 66,51 e conta n. 8.140-0 Credip - saldo de R\$ 665,31) e não em instituições financeiras oficiais;

XI - Descumprimento ao prescrito no artigo 20 da Instrução Normativa n. 39/TCER/2013, por deixar de encaminhar via SIGAP - Módulo Gestão Fiscal o Relatório Anual das Medidas de Combate à Evasão e à Sonegação de Tributos do exercício de 2014 (Processo n. 0849/2014 - Gestão Fiscal/2014);

XII - Descumprimento ao disposto na alínea "b" do inciso V, artigo 11 da Instrução Normativa n. 013/TCER/2004, em face do encaminhamento intempestivo do Relatório do Controle Interno referente ao 2º quadrimestre/2014;

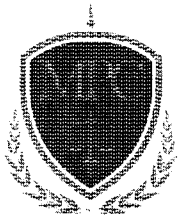
XIII - Descumprimento ao prescrito na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Portaria n. 437/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional, em face da elaboração do Balanço Patrimonial e do demonstrativo auxiliar (Anexo TC 13 - Demonstrativo Sintético das Contas do Ativo Permanente) desprovidos de Notas Explicativas que permitam visualizar a que se referem os cancelamentos dos créditos inscritos em Dívida Ativa;

XIV - Descumprimento ao prescrito na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Portaria n. 437/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional, por não haver sido demonstrado nos Anexos 1 e 2 do Balanço Orçamentário a execução dos restos a pagar não processados e restos a pagar processados e não processados liquidados no montante de R\$ 16.152,92;

XV - Descumprimento ao prescrito nos artigos 85 e 101 da Lei Federal n. 4.320/64 e na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Portaria nº 437/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional, vez que o saldo de R\$ 23.752,92 pendente na conta Restos a Pagar, obtido a partir da conjugação das movimentações descritas no Balanço Financeiro ao saldo final do exercício anterior, não concilia com o registrado no Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante e no Balanço Patrimonial os quais consignam o montante de R\$12.000,00;

XVI - Descumprimento ao prescrito nos artigos 85 e 101 da Lei Federal n. 4.320/64 e normas emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Portaria n. 437/2012, em face da incongruência do Saldo Patrimonial de R\$ 7.876.587,27, apurado na instrução técnica e o consignado a este título no Balanço Patrimonial no montante de R\$ 8.995.757,97;

XVII - Descumprimento ao preconizado nos artigos 85 e 98 da Lei Federal n. 4.320/64 e normas emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Portaria n. 437/2012, em face da



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Fis. n.
Proc. n. 1831/2015

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

incongruência do saldo da Dívida Fundada apurada na instrução técnica no montante de R\$ 11.776.748,06 e o registrado a este título no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo da Dívida Fundada no montante de R\$ 39.995.464,47;

XVIII - Descumprimento ao preconizado nos artigos 85 e 92 da Lei Federal n. 4.320/64 e normas emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Portaria n. 437/2012, em face da incongruência do saldo da Dívida Flutuante apurada na instrução técnica no montante de R\$23.752,92 e o registrado a este título no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo da Dívida Flutuante no montante de R\$12.000,00;

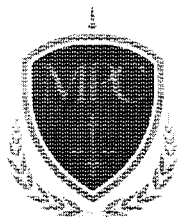
XIX - Descumprimento ao prescrito nas Portarias n. 664 e 665/2010 e 438/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional, no que concerne a fidedignidade das informações apresentadas no Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, tendo em vista que o saldo de caixa e equivalente de caixa final (coluna exercício atual) no valor de R\$ 16.917.060,16 registrado neste demonstrativo não espelha o saldo de R\$ 18.608.306,72 registrado a este título no Balanço Financeiro e no Balanço Patrimonial;

XX - Descumprimento ao prescrito no artigo 8º c/c Anexo B da Instrução Normativa n. 39/TCER/2013, por haver deixado de encaminhar via SIGAP – Módulo Gestão Fiscal o Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida integrante do Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre de 2014 (Processo n. 0849/2014 – Gestão Fiscal-2014);

Por derradeiro, opina-se pela expedição de determinação ao gestor para que, ao elaborar o relatório anual de medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos, especifique: 1) as medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos de competência do Município; 2) a quantidade e valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa; 3) a evolução do montante de créditos passíveis de cobrança administrativa; 4) os resultados obtidos a partir do implemento das medidas de execução ou protesto extrajudicial, utilizando, para tanto, dados comparativos entre o exercício vigente e os anteriores.

Ademais, pugna-se pela abertura de procedimento de apuração do cancelamento de créditos verificado nestes autos, no montante de R\$ 853.065,96, bem como pela determinação ao gestor para que, na conta alusiva ao exercício de 2015, especifique e comprove todas as baixas realizadas na conta da dívida ativa,





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

Fls. n.
Proc. n. 1831/2015

demonstrando separadamente os valores correspondentes à inscrição, arrecadação e eventuais cancelamentos, revisões ou ajustes, sendo que, no caso de cancelamento ou qualquer outro lançamento que acarrete a redução de créditos da dívida ativa, faz-se imprescindível a comprovação da observância ao art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Opina-se ainda pela expedição de determinação ao gestor para que promova regularmente a inscrição na conta da dívida ativa de todos os créditos que se encontrem em condições de exigibilidade.

Além disso, opina-se no sentido de que se exorte o atual Prefeito Municipal ao cumprimento da Recomendação Conjunta, anteriormente citada, no sentido de que adote as medidas para intensificar a utilização do protesto extrajudicial para cobrança de créditos inscritos em dívida ativa, de modo a alavancar a inexpressiva recuperação dos créditos verificada nestas Contas, conforme determinado na Decisão n. 341/2014-Pleno, cuja aferição e consequências de eventual descumprimento terão lugar por ocasião da apreciação das contas alusivas ao exercício de 2015.

Alfim, alerte-se ao gestor para a efetiva observância das diretrizes constantes na Decisão Normativa n. 001/2015/TCE-RO quanto à atuação eficiente do órgão de controle interno no cumprimento de seu mister constitucional.

Porto Velho, 28 de outubro de 2015.

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

C

C

Em 29 de Outubro de 2015



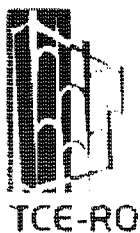
Assinado Eletronicamente

Embasamento legal: art. 1º da Lei Federal 11.419/06; art. 58-C da Lei Complementar 799/14 c/c art. 4º da Resolução 165/14 do TCERO.

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS

PROCURADOR(A) GERAL





ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete do Conselheiro PAULO CURI NETO

Fl. nº
Proc. nº 1831/15

PROCESSO: 01831/15 – TCE-RO.
ASSUNTO: Prestação de Contas do Exercício de 2014.
JURISDICIONADO: Município de São Miguel do Guaporé
RESPONSÁVEIS: Zenildo Pereira dos Santos – Prefeito (CPF nº 909.566.722-72)
Rosângela Baumann dos Santos de Pádua – Controladora Interna
(CPF nº 408.770.512-91)
Lauri Pedro Rockenbach – Contador (CPF nº 334.244.629-34)
RELATOR: Conselheiro Paulo Curi Neto
GRUPO: I

EMENTA: Prestação de Contas. Município de São Miguel do Guaporé – Exercício de 2014. Observância do Equilíbrio Econômico-Financeiro da Gestão. Cumprimento dos índices de Educação e Saúde e de repasse ao Poder Legislativo. Parecer pela Aprovação com Ressalvas das Contas. Irregularidades formais. Determinações.

Cuidam os autos da Prestação de Contas do Município de São Miguel do Guaporé, atinente ao exercício de 2014, de responsabilidade dos Senhores Zenildo Pereira dos Santos, Prefeito Municipal, Lauri Pedro Rockenbach, Contador, e da Senhora Rosângela Baumann dos Santos de Pádua, Controladora Interna.

Os autos foram encaminhados tempestivamente a esta Corte em 31/03/2015 (fl. 2), para análise contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional acerca da gestão, nos termos do art. 71, I, da Constituição Federal.

A Lei Municipal de nº 1.296/2013 (fls. 216/219), no que tange ao orçamento fiscal e da seguridade social, estimou a receita e fixou a despesa do Município de São Miguel do Guaporé no valor de R\$ 40.195.781,00.

Os créditos adicionais abertos no exercício, a título de crédito especial e de suplementação, atingiram o montante de R\$ 29.801.800,19, sendo a quantia de R\$ 7.111.704,47 proveniente de anulação de dotação.

Dessa feita, o orçamento inicialmente previsto em R\$ 40.195.781,00, sofreu um acréscimo de R\$ 22.690.095,72, perfazendo, ao final, uma dotação atualizada (despesa) na quantia de R\$ 62.885.876,72.

Consoante o relatório técnico, a receita prevista de R\$ 40.195.781,00, cotejada com a receita efetivamente arrecadada, de R\$ 48.131.936,12, resultou em um excesso de arrecadação de R\$ 7.936.155,12.

A realização da despesa, por seu turno, como atingiu o montante de R\$ 42.052.855,84, evidencia uma economia de dotação no valor de R\$ 20.833.020,88.

Do cotejo entre a receita arrecadada, de R\$ 48.131.936,12, e a despesa realizada, de R\$ 42.052.855,84, verifica-se um superávit orçamentário consolidado de R\$ 6.079.080,28.

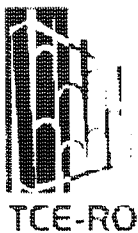
O relatório técnico evidencia superávit orçamentário no valor de R\$ 2.752.953,46 (diferença da receita arrecadada de R\$ 3.443.569,12 e da despesa empenhada de R\$ 690.615,66) do Instituto de Previdência de São Miguel.

Excluindo o resultado constatado do RPPS do consolidado do Município, tem-se um superávit orçamentário, sem o Instituto, de R\$ 3.326.126,82.

A análise instrutiva (fl. 1.923) registra saldo financeiro consolidado na quantia de R\$ 18.608.306,72. Confrontando-o com a dívida flutuante, no valor de R\$ 23.752,92, tem-se um superávit financeiro consolidado de R\$ 18.584.553,80.

Já o RPPS apresenta superávit financeiro na monta de R\$ 11.324.957,57. Registre-se que, segundo o Corpo Técnico, o Instituto de Previdência não possui dívida flutuante.





ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete do Conselheiro PAULO CURI NETO

Fl. nº
Proc. nº 1831/15

Com efeito, excluindo o resultado financeiro do RPPS, de R\$ 11.324.957,57, do consolidado, na quantia de R\$ 18.584.553,80, verifica-se um superávit financeiro do Poder Executivo Municipal na cifra de R\$ 7.259.596,23.

A dívida ativa apresentava, ao final do exercício de 2013, saldo no montante de R\$ 4.434.355,72. Consoante análise técnica, não houve inscrição de dívida ativa, no exercício em apreço. Por sua vez, registrou arrecadação no valor de R\$ 234.157,66 e cancelamento na quantia de R\$ 853.065,96. Ao cabo do exercício de 2014, esse crédito perfaz a cifra de R\$ 3.347.132,10.

Assentou, ainda, a Unidade Técnica que a Administração Municipal cumpriu o disposto no artigo 212 da Constituição Federal, haja vista a aplicação na "Manutenção e Desenvolvimento do Ensino" do percentual de 30,57% das receitas resultantes de impostos, quando o mínimo estabelecido é de 25%.

De igual forma, cumpriu a Administração Municipal o disposto no artigo 60, § 5º, do ADCT da Constituição Federal, combinado com o artigo 7º da Lei Federal nº. 9.424/96, uma vez que foi aplicado na "Remuneração dos Profissionais do Magistério" o percentual de 65,87% dos recursos provenientes do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), quando o mínimo estabelecido é de 60%.

Também houve a observância do disposto no artigo 77 do ADCT da Constituição Federal, uma vez que foi aplicado nas "Ações e Serviços Públicos de Saúde" o percentual de 24,12% das receitas resultantes de impostos, quando o mínimo estabelecido é de 15%.

No que tange ao repasse de recurso ao Poder Legislativo Municipal, destinou o Poder Executivo o percentual de 6,82% das receitas efetivamente realizadas no exercício anterior, quando o máximo estabelecido é de 7%, conforme artigo 29-A, inciso I, da CF, alterado pela EC nº 58/2009.



Na análise primeira do Corpo Instrutivo (fls. 1.899/1.946), foram apontadas as seguintes irregularidades:

**DE RESPONSABILIDADE DO SENHOR ZENILDO PEREIRA DOS SANTOS
- PREFEITO MUNICIPAL CPF Nº 909.566.722-72**

12.1 - Descumprimento ao Princípio da Publicidade insculpido no artigo 37 *caput* da Constituição Federal c/c inciso VI, alínea “d” do artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCER/2004, por deixar de encaminhar a esta Corte de Contas prova de publicação dos Balanços do exercício de 2014 em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação no Município (subitem 5 do item 2);

12.2 - Descumprimento ao artigo 13 da Constituição Estadual e/c inciso VI, alínea “e”, do artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCER/2004, por deixar de encaminhar a esta Corte de Contas prova de publicação da relação nominal dos servidores ativos e inativos ao final do exercício em Diário Oficial (subitem 6 do item 2);

12.3 - Descumprimento ao disposto na alínea “i” do inciso IV, do artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCER/2004, em face do não encaminhamento a esta Corte de Contas do Anexo TC 16 - inventário físico-financeiro dos bens imóveis em mídia eletrônica (subitem 10 do item 2);

12.4 - Descumprimento ao disposto na alínea “j” do inciso VI, do artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCER/2004, por não haver encaminhado cópia do ato de nomeação da comissão de elaboração dos inventários físico-financeiro dos bens móveis e imóveis (subitem 11 do item 2);

12.5 - Descumprimento ao disposto no inciso I do §1º, do artigo 51 da Lei Complementar nº 101/2000, por não haver comprovado perante este Tribunal o encaminhamento das Contas ao Poder Executivo Estadual (subitem 15 do item 2);

12.6 - Descumprimento ao artigo 53 da Constituição Estadual c/c artigo 5º da Instrução Normativa nº 019/TCER/2006, por haver encaminhado intempestivamente os balancetes dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro e não haver promovido o encaminhamento dos balancetes dos meses de novembro e dezembro de 2014 (subitem 16 do item 2);

12.7 - Descumprimento ao disposto nos incisos I a V do artigo 13 e inciso I e II do artigo 14 da Instrução normativa nº 022/TCER/2007, por deixar de encaminhar a esta Corte os demonstrativos de aplicação de recursos na educação elencados a seguir (subitem 17 do item 2):

a) Anexo I – Demonstrativo das receitas de impostos e transferências para o cálculo dos 25% da educação referente ao mês de junho/2014;

b) Anexo II – Demonstrativo das despesas pagas com educação infantil referente aos meses de junho e dezembro/2014;

Anexo III - A – Demonstrativo das despesas pagas com manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental referente aos meses de junho e dezembro/2014;

d) Anexo IV – Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino relativo aos meses de fevereiro, março, abril e junho/2014;

e) Anexo V – Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos próprios arrecadados no exercício subsequente atinente aos meses de junho e dezembro/2014;

f) Anexo VII – Demonstrativo das receitas do Fundeb referente ao mês de junho e dezembro/2014;

Anexo VIII – Demonstrativo das despesas pagas com recursos do Fundeb na remuneração dos profissionais do magistério (60% Fundeb) referente aos meses de junho e dezembro/2014;

h) Anexo IX – Demonstrativo das despesas pagas com recursos do Fundeb na manutenção e desenvolvimento da educação básica relativo aos meses de junho e dezembro/2014;

i) Anexo X - Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos vinculados ao Fundeb referente aos meses de fevereiro, março, abril, junho, julho e dezembro/2014;

Anexo X-A - Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos do Fundeb arrecadados no exercício subsequente referente ao mês de junho/2014;

k) Anexo XI - A - Demonstrativo consolidado das receitas do Fundeb encaminhado anualmente no mês de dezembro;

l) Anexo XI - B - Demonstrativo consolidado da aplicação dos recursos do Fundeb encaminhado anualmente no mês de dezembro;

m) Anexo XI - C - Demonstrativo da movimentação financeira do Fundeb encaminhado anualmente no mês de dezembro.

12.8 - Descumprimento parágrafo único do art. 13 e §1º do artigo 14 da Instrução Normativa nº 022/TCER/2007, em face do não encaminhamento do Anexo VI -

Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos próprios vinculados a manutenção e desenvolvimento do ensino e Anexo XI - Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos vinculados aos Fundeb encaminhados anualmente no mês de dezembro (subitem 19 do item 2);

12.9 - Descumprimento ao preconizado no §3º do artigo 14 da Instrução Normativa nº 022/TCER/2007, por deixar de encaminhar o Parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social responsável pelo Fundeb (subitem 21 do item 2);

12.10 - Descumprimento ao disposto no inciso I do artigo 22 da Instrução Normativa nº 022/TCER/2007, por deixar de encaminhar a esta Corte os demonstrativos de aplicação de recursos na saúde elencados a seguir (subitem 22 do item 2):

a) Anexo XII - Demonstrativos das receitas de impostos e transferências para cálculo das aplicações em ações e serviços públicos de saúde referente aos meses de junho e dezembro/2014;

b) Anexo XIII-A - Demonstrativo das despesas em ações e serviços públicos de saúde referente aos meses de junho e dezembro/2014;

c) Anexo XIV - Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos próprios vinculados a ações e serviços públicos de saúde referente aos meses de fevereiro, março, abril, junho, julho, outubro e dezembro/2014;

d) Anexo XV - demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos próprios arrecadados no exercício subsequente relativos a ações e serviços públicos de saúde afimemente aos meses de junho, novembro e dezembro/2014;

e) Anexo XVI - Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos próprios vinculados às ações e serviços públicos de saúde encaminhados anualmente no mês de dezembro.

12.11 - Descumprimento ao prescrito no artigo 5º da Lei nº 1.296/2013 (LOA 2014), tendo em vista a suplementação do orçamento por meio da abertura de créditos adicionais suplementares em percentual superior ao definido no instrumento de planejamento (subitem 3.3.1.4);

12.12 - Descumprimento às normas inseridas no artigo 60 do ADCT, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 53/06, pela diferença a menor do saldo existente nas contas do Fundeb apurada no demonstrativo da composição financeira no valor de R\$2.211,65 (dois mil, duzentos e onze reais e sessenta e cinco centavos), significando dizer que foram utilizados recursos do fundo para o pagamento de despesas

impertinentes às suas finalidades (subitem 4.2.2);

12.13 - Descumprimento ao preceituado no §3º, do art. 164, da Constituição Federal e o teor da Instrução Normativa nº 24/TCER/2008, haja vista que ao final

do exercício financeiro de 2014 parte dos recursos financeiros do Município restou depositada em banco privado (conta nº 200-3 Bradesco saldo de R\$66.51 e conta nº 8.140-0 Credip saldo de R\$665,31) e não em instituições financeiras oficiais (subitem 6.2);

12.14 – Descumprimento ao prescrito no artigo 20 da Instrução Normativa nº 39/TCER/2013, por deixar de encaminhar via SIGAP – Módulo Gestão Fiscal o Relatório Anual das Medidas de Combate à Evasão e à Sonegação de Tributos do exercício de 2014 (Processo nº 0849/2014 – Gestão Fiscal-2014) (item 8):

DE RESPONSABILIDADE DA SENHORA ROSANGELA BAUMANN DOS SANTOS DE PÁDUA – CONTROLADORA MUNICIPAL CPF Nº 408.770.512-91

12.15 - Descumprimento ao disposto na alínea “b” do inciso V, artigo II da Instrução Normativa nº 013/TCER/2004, em face do encaminhamento intempestivo do Relatório do Controle Interno referente ao 2º quadrimestre/2014 (subitem 25 do item 2):

DE RESPONSABILIDADE DO SENHOR LAURI PEDRO ROCKENBACH – CONTADOR MUNICIPAL 334.244.629-34 **12.16 - Descumprimento ao prescrito na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Portaria nº 437/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional, em face da elaboração do Balanço Patrimonial e do demonstrativo auxiliar (Anexo TC 13 – Demonstrativo Sintético das Contas do Ativo Permanente) desprovidos de Notas Explicativas que permitam visualizar a que se referem os cancelamentos dos créditos inscritos em Dívida Ativa (subitem 3.3.1.3):**

12.17 - Descumprimento ao prescrito na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Portaria nº 437/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional, por não haver sido demonstrado nos Anexos 1 e 2 do Balanço Orçamentário a execução dos restos a pagar não processados e restos a pagar processados e não processados liquidados no montante de R\$16.152,92 (dezesseis mil, cento e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos) (subitem 6.1):

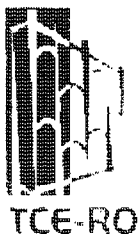
12.18 - Descumprimento ao prescrito nos artigos 85 e 101 da Lei Federal nº 4.320/64 e na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Portaria nº 437/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional, vez que o saldo de R\$23.752,92 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos) pendente na conta Restos a Pagar, obtido a partir da conjugação das movimentações descritas no Balanço Financeiro ao saldo final do exercício anterior, não concilia com o registrado no Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante e no Balanço Patrimonial os quais consignam o montante de R\$12.000,00 (doze mil reais) (subitem 6.2);

12.19 - Descumprimento ao prescrito nos artigos 85 e 101 da Lei Federal nº 4.320/64 e normas emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Portaria nº 437/2012, em face da incongruência do Saldo Patrimonial de R\$7.876.587,27 (sete milhões, oitocentos e setenta e seis mil, quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e sete centavos) apurado na instrução técnica e o consignado a este título no Balanço Patrimonial no montante de R\$8.995.757,97

(oito milhões, novecentos e noventa e cinco mil, setecentos e cinquenta e sete reais e noventa e sete centavos) (subitem 6.4):

12.20 - Descumprimento ao preconizado nos artigos 85 e 98 da Lei Federal nº 4.320/64 e normas emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Portaria nº 437/2012, em face da incongruência do saldo da Dívida Fundada apurada na instrução técnica no montante de R\$11.776.748,06 (onze milhões, setecentos e setenta e seis mil, setecentos e quarenta e oito reais e seis centavos) e o registrado a este título no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo da Dívida Fundada no montante de R\$39.995.464,47 (trinta e nove milhões, novecentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e sete centavos) (subitem 6.5):

12.21 - Descumprimento ao preconizado nos artigos 85 e 92 da Lei Federal nº 4.320/64 e normas emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Portaria nº 437/2012, em face da incongruência do saldo da Dívida Flutuante apurada na instrução técnica no montante de R\$23.752,92 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta e dois reais e



ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete do Conselheiro PAULO CURI NETO

Fl. nº

Proc. nº 1831/15

noventa e dois centavos) e o registrado a este título no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo da Dívida Flutuante no montante de R\$12.000,00 (doze mil reais) (subitem 6.6):

12.22 - Descumprimento ao prescrito nas Portarias nº 664 e 665/2010 e 438/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional, no que concerne a fidedignidade das informações apresentadas no Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, tendo em vista que o saldo de caixa e equivalente de caixa final (coluna exercício atual) no valor de R\$16.917.060,16 (dezesseis milhões, novecentos e dezessete mil e sessenta reais e dezesseis centavos) registrado neste demonstrativo não espelha o saldo de R\$18.608.306,72 (dezoito milhões, seiscentos e oito mil, trezentos e seis reais e setenta e dois centavos) registrado a este título no Balanço Financeiro e no Balanço Patrimonial (subitem 6.7);

12.23 - Descumprimento ao prescrito no artigo 8º c/c Anexo B da Instrução Normativa nº 39/TCER/2013, por haver deixado de encaminhar via SIGAP - Módulo Gestão Fiscal o Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida integrante do Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre de 2014 (Processo nº 0849/2014 - Gestão Fiscal-2014) (item 8);

Ao final, o Corpo Técnico sugeriu as seguintes providências:

13.1 - Audiência dos Senhores Zenildo Pereira dos Santos - Prefeito Municipal, Lauri Pedro Rothenbach - Contador Municipal e senhora Rosângela Baumann dos Santos de Pádua - Controladora Municipal, para que estes no prazo regimental estipulado por esta Corte apresentem razões de justificativas acerca das impropriedades elencadas no item anterior;

13.2 - Determinar a Chefe do Executivo Municipal, visando o aperfeiçoamento da gestão, que oriente os setores encarregados pela elaboração da política orçamentária do Município, para que estes planejem as ações observando com exatidão e fidedignidade os recursos orçados, para que não ocorram significativas modificações orçamentárias por meio da abertura de Créditos Adicionais e configure um planejamento inadequado e deficiente, observando para tanto o percentual de 20% para alteração dos créditos ordinários, conforme entendimento esposado por esta Corte na Decisão nº 232/2011- Pleno (Processo nº 1133/2011).

Em observância aos postulados constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, definiu-se a responsabilidade dos envolvidos (fls. 1.949/1.950), e determinou-se as audiências.

Devidamente instados, os jurisdicionados apresentaram defesas (Protocolo nº 10527/15, fls. 1.963/1.970) e juntaram vários documentos aos autos (fls. 1.971/2.082).



Em derradeira análise (fls. 2.093/2.117), após examinar as justificativas apresentadas e os documentos acostados aos autos, o Corpo Instrutivo concluiu pela permanência das seguintes impropriedades:

**DE RESPONSABILIDADE DO SENHOR ZENILDO PEREIRA DOS SANTOS
- PREFEITO MUNICIPAL CPF Nº 909.566.722-72**

4.1 - Descumprimento ao Princípio da Publicidade insculpido no artigo 37 *caput* da Constituição Federal e/ou inciso VI, alínea "d" do artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCER/2004, por deixar de encaminhar a esta Corte de Contas prova de publicação dos Balanços do exercício de 2014 em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação no Município (conforme item 3 desta instrução);

4.2 - Descumprimento ao artigo 13 da Constituição Estadual e/ou inciso VI, alínea "e", do artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCER/2004, por deixar de encaminhar a esta Corte de Contas prova de publicação da relação nominal dos servidores ativos e inativos ao final do exercício em Diário Oficial (conforme item 3 desta instrução);

4.3 - Descumprimento ao disposto na alínea "f" do inciso IV, do artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCER/2004, em face do não encaminhamento a esta Corte de Contas do Anexo TC 16 - inventário físico-financeiro dos bens imóveis em mídia eletrônica (conforme item 3 desta instrução);

4.4 - Descumprimento ao disposto na alínea "j" do inciso VI, do artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCER/2004, por não haver encaminhado cópia do ato de

nomeação da comissão de elaboração dos inventários físico-financeiro dos bens móveis e imóveis (conforme item 3 desta instrução);

4.5 - Descumprimento ao artigo 53 da Constituição Estadual e/ou artigo 5º da Instrução Normativa nº 019/TCER/2006, por haver encaminhado intempestivamente os balancetes dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro de 2014 (conforme item 3 desta instrução);

4.6 - Descumprimento ao disposto no artigo 13 e inciso I e II do artigo 14 da Instrução normativa nº 022/TCER/2007, por deixar de encaminhar a esta Corte os demonstrativos de aplicação de recursos na educação elencados a seguir (conforme item 3 desta instrução):

a) Anexo IV – Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino relativo aos meses de fevereiro, março e abril/2014;

b) Anexo X – Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos vinculados ao Fundeb referente aos meses de fevereiro, março, abril, junho e julho/2014;

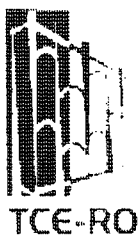
c) Anexo XI – A – Demonstrativo consolidado das receitas do Fundeb relativo ao mês de dezembro/2014;

4.7 - Descumprimento parágrafo único do art. 13 da Instrução Normativa nº 022/TCER/2007, em face do não encaminhamento do Anexo VI – Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos próprios vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino referente ao mês de dezembro/2014 (conforme item 3 desta instrução);

4.8 - Descumprimento ao disposto no inciso I do artigo 22 da Instrução Normativa nº 022/TCER/2007, por deixar de encaminhar a esta Corte os demonstrativos de aplicação de recursos na saúde elencados a seguir (conforme item 3 desta instrução):

a) Anexo XIV – Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos próprios vinculados a ações e serviços públicos de saúde referente aos meses de fevereiro, março, abril e outubro/2014;





ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete do Conselheiro PAULO CURI NETO

Fl. nº

Proc. nº 1831/15

b) Anexo XV – demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos próprios arrecadados no exercício subsequente relativos a ações e serviços públicos de saúde atinente ao mês de novembro/2014;

c) Anexo XVI – Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos próprios vinculados às ações e serviços públicos de saúde relativo ao mês de dezembro/2014.

4.9 - Descumprimento ao prescrito no artigo 5º da Lei nº 1.296/2013 (LOA 2014), tendo em vista a suplementação do orçamento por meio da abertura de créditos adicionais suplementares em percentual superior ao definido no instrumento de planejamento (conforme item 3 desta instrução);

4.10 - Descumprimento ao preceituado no §3º, do art. 164, da Constituição Federal e o teor da Instrução Normativa nº 24/TCER/2008, haja vista que ao final do exercício financeiro de 2014 parte dos recursos financeiros do Município restou depositada em banco privado (conta nº 200-3 Bradesco saldo de R\$66,51 e conta nº 8.140-0 Credip saldo de R\$665,31) e não em instituições financeiras oficiais (conforme item 3 desta instrução);

4.11 - Descumprimento ao prescrito no artigo 20 da Instrução Normativa nº 39/TCER/2013, por deixar de encaminhar via SIGAP – Módulo Gestão Fiscal o Relatório Anual das Medidas de Combate à Evasão e à Sonegação de Tributos do exercício de 2014 (Processo nº 0849/2014 - Gestão Fiscal/2014) (conforme item 3 desta instrução);

DE RESPONSABILIDADE DA SENHORA ROSANGELA BAUMANN DOS SANTOS DE PÁDUA – CONTROLADORA MUNICIPAL CPF Nº 408.770.512-914.12 - Descumprimento ao disposto na alínea “b” do inciso V, artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCER/2004, em face do encaminhamento intempestivo do Relatório do Controle Interno referente ao 2º quadrimestre/2014 (conforme item 3 desta instrução);

DE RESPONSABILIDADE DO SENHOR LAURI PEDROROCKENBACH – CONTADOR MUNICIPAL 334.244.629-34

4.13 - Descumprimento ao prescrito na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Portaria nº 437/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional, em face da elaboração do Balanço Patrimonial e do demonstrativo auxiliar (Anexo TC 13 – Demonstrativo Sintético das Contas do Ativo Permanente) desprovidos de Notas Explicativas que permitam visualizar a que se referem os cancelamentos dos créditos inscritos em Dívida Ativa (conforme item 3 desta instrução);

4.14 - Descumprimento ao prescrito na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Portaria nº 437/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional, por não haver sido demonstrado nos Anexos 1 e 2 do Balanço Orçamentário a execução dos restos a pagar não processados e restos a pagar processados e não processados liquidados no montante de R\$16.152,92 (dezesesseis mil, cento e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos) (conforme item 3 desta instrução);

4.15 - Descumprimento ao prescrito nos artigos 85 e 101 da Lei Federal nº 4.320/64 e na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Ao final, ante a constatação do cumprimento dos limites constitucionais com despesas de educação e saúde e com o repasse ao Poder Legislativo Municipal, além das impropriedades remanescentes evidenciarem falhas de natureza formal, que não

resultaram em dano ao erário, o Corpo Instrutivo manifestou-se pela emissão de **“PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO COM RESSALVAS DAS CONTAS”**.

O Corpo Técnico sugeriu, também, ao final do último relatório, as seguintes recomendações ao atual gestor:

5.2.1 – Utilize notas explicativas às demonstrações contábeis para evidenciar informações adicionais em relação à apresentada no corpo dessas demonstrações nos moldes prescritos pela Secretaria do Tesouro Nacional na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

5.2.2 - Promova a apuração e retificação dos valores pendentes na conta restos a pagar, fazendo constar nos demonstrativos contábeis do exercício de 2015, que eventualmente forem alterados em face destes acertos, as necessárias informações que permitam compreender as alterações havidas por meio de Notas explicativas.

5.2.3 - Promova a apuração e retificação dos valores relativos ao Resultado Acumulado ao final do exercício de 2014, fazendo constar nos demonstrativos contábeis do exercício de 2015 que eventualmente forem alterados em face destes acertos, as necessárias informações que permitam compreender as alterações havidas por meio do uso de Notas Explicativas.

5.2.4 - Promova a devida evidenciação em Notas Explicativas dos ajustes dos registros contábeis efetuados nos valores inscritos na Dívida Fundada, de modo a expressar as necessárias informações que permitam compreender as alterações havidas.

5.2.5 - Promova a apuração e retificação dos valores inscritos na Dívida Flutuante, fazendo constar nos demonstrativos contábeis do exercício de 2015, que eventualmente forem alterados em face destes acertos, as necessárias informações que permitam compreender as alterações havidas por meio de Notas explicativas.

5.2.6 - Promova a apuração e retificação das movimentações ocorridas no caixa Municipal no exercício de 2014, fazendo constar no Demonstrativo dos Fluxos de Caixa do exercício de 2015, as necessárias informações que permitam compreender as alterações havidas no exercício anterior por meio do uso de Notas Explicativas.

O Ministério Público de Contas, no Parecer nº 0302/2015 – GPGMPC (fls. 2.121/2.152), enfrentou com acuidade vários temas relativos à gestão Municipal, quais sejam: planejamento orçamentário, metas de receita e despesa, resultado da execução orçamentária, financeiro e patrimonial, dívida ativa, limites de despesa com pessoal, aplicação de recursos na saúde e educação, repasse ao Poder Legislativo Municipal, bem como atuação do controle interno.

Ao final, por entender que os vícios subsistentes não chegam a inquinar as contas em exame, manifestou-se *“pela emissão de **PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO COM RESALVAS** das contas anuais do Município de São Miguel do Guaporé, exercício de 2014”*, e também pela expedição de determinação ao gestor para a adoção das seguintes medidas:

“[...] ao elaborar o relatório anual de medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos, especifique: 1) as medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos de competência do Município; 2) a quantidade e



valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa; 3) a evolução do montante de créditos passíveis de cobrança administrativa; 4) os resultados obtidos a partir do implemento das medidas de execução ou protesto extrajudicial, utilizando, para tanto, dados comparativos entre o exercício vigente e os anteriores.

Ademais, pugna-se pela abertura de procedimento de apuração do cancelamento de créditos verificado nestes autos, no montante de R\$ 853.065,96, bem como pela determinação ao gestor para que, na conta alusiva ao exercício de 2015, especifique e comprove todas as baixas realizadas na conta da dívida ativa, demonstrando separadamente os valores correspondentes à inscrição, arrecadação e eventuais cancelamentos, revisões ou ajustes, sendo que, no caso de cancelamento ou qualquer outro lançamento que acarrete a redução de créditos da dívida ativa, faz-se imprescindível a comprovação da observância ao art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Opina-se ainda pela expedição de determinação ao gestor para que promova regularmente a inscrição na conta da dívida ativa de todos os créditos que se encontrem em condições de exigibilidade.

Além disso, opina-se no sentido de que se exorte o atual Prefeito Municipal ao cumprimento da Recomendação Conjunta, anteriormente citada, no sentido de que adote as medidas para intensificar a utilização do protesto extrajudicial para cobrança de créditos inscritos em dívida ativa, de modo a alavancar a inexpressiva recuperação dos créditos verificada nestas Contas, conforme determinado na Decisão n. 341/2014-Pleno, cuja aferição e consequências de eventual descumprimento terão lugar por ocasião da apreciação das contas alusivas ao exercício de 2015.

Alfim, alerte-se ao gestor para a efetiva observância das diretrizes constantes na Decisão Normativa n. 001/2015/TCE-RO quanto à atuação eficiente do órgão de controle interno no cumprimento de seu mister constitucional".

É o relatório.

Mister asserir que, segundo a Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas, os atos de gestão praticados no exercício em questão não foram objeto de auditoria, pois não constaram da programação estabelecida por esta Corte de Contas. Todavia, segundo o MPC, tramitam nesta Corte três procedimentos com o escopo de apurar possíveis irregularidades cometidas nesta gestão¹, os quais, como bem destacou o

¹ Processo n. 1847/2014 - Representação - inadimplemento no pagamento de serviços de água e esgoto; Processo n. 276/2015 - possíveis irregularidades na renúncia de receitas; Processo nº 384/2015 - Representação formulada pelo Prefeito Municipal acerca de possíveis irregularidades quanto a desvio de recursos públicos da folha de pagamento do Município.

ilustre representante ministerial, "*não representam empecilho ao exame destas contas de governo*"

Tal fato circunscreve a presente análise aos documentos encaminhados pelo próprio jurisdicionado, o que não obsta, em absoluto, a atuação desta Corte para apurar eventual irregularidade que no futuro venha a ser noticiada, relativa ao exercício *sub examine*.

Verifica-se dos autos que a Prestação de Contas foi apresentada tempestivamente, no prazo determinado na alínea "a" do artigo 52 da Constituição Estadual, e instruída com as peças documentais exigidas pelo artigo 9º da Lei Complementar nº 154, de 1996.

Necessário asserir ainda, em sede vestibular, que a presente análise deter-se-á, num primeiro momento, a verificar se os instrumentos de planejamento estão sendo cumpridos pela Administração: LOA, LDO e PPA.

Em seguida, com esteio nos paradigmas traçados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, serão enfrentados os seguintes temas: (I) instrumentos de planejamento; (II) equilíbrio econômico-financeiro do ente municipal; (III) gestão fiscal; (IV) arrecadação da dívida ativa; (V) incremento das receitas tributárias e de contribuições; (VI) preservação do patrimônio público; (VII) repasse ao Poder Legislativo; e (VIII) irregularidades apontadas.

Perscrutar-se-á o cumprimento dos limites constitucionais de gasto com educação e saúde.

Será mencionada, ainda, a importância das análises empreendidas pelo Controle Interno para aprovação ou não das contas, bem como a necessidade de aperfeiçoamento dos exames realizados por esse órgão.

Registre-se, alfim, que para melhor entendimento das análises desenvolvidas a seguir, foram feitos demonstrativos espelhando a metodologia de cálculo utilizada, que passam a fazer parte integrante deste voto.



I. Dos Instrumentos de Planejamento

A despeito da previsão de arrecadação somar R\$ 40.195.781,00, a receita efetivamente arrecadada perfaz R\$ 48.131.936,18, ou seja, 19,74% superior ao montante previsto.

No que tange ao dispêndio, verifica-se expressiva alteração em sua dotação, por intermédio de créditos adicionais (suplementares e especiais), majorando a despesa final autorizada para R\$ 62.885.876,72.

Os créditos adicionais (R\$ 29.801.800,19) correspondem a 74,14% do valor da dotação inicial (R\$ 40.195.781,00). Diante disso, conclui-se que o orçamento da municipalidade foi expressivamente alterado.

Há se admitir, ainda que de forma limitada, a reprogramação das ações de governo. Mudanças são admissíveis na execução orçamentária para atender eventuais necessidades administrativas e sociais. Caso a dotação de determinado órgão ou programa reste subestimada, em virtude de fatos supervenientes, é aceitável e desejável o remanejamento ou a transferência, desde que isso ocorra dentro de limites razoáveis e sejam atendidas as exigências legais e constitucionais.

A abertura excessiva de créditos adicionais, porém, por desconfigurar o orçamento, tornando-o peça de ficção, deve ser combatida pelos órgãos de controle. Muito embora a lei orçamentária seja apenas ato condição de realização da despesa – isto é, seja lei não impositiva, a responsabilidade da gestão fiscal requer que as ações de governo sejam planejadas (art. 1º LRF).

No presente caso, o orçamento foi alterado em 74%. Tal modificação, tendo em vista que não há notícia de fato superveniente imprevisível a justificá-la, consubstancia falha de planejamento.

Entretanto, como o gestor não foi instado a manifestar-se a respeito, a presente irregularidade deverá ser objeto apenas de determinação para prevenir tal prática na gestão futura.

2. Da Constatação do Equilíbrio Econômico-Financeiro

O Corpo Instrutivo e o Ministério Público de Contas informaram que o Município de São Miguel do Guaporé possui Regime Próprio de Previdência Social. Portanto, a análise da execução orçamentária e financeira diz respeito ao Poder Executivo Municipal, excluindo-se os valores concernentes a esse instituto municipal, consoante inteligência do art. 50, I e III, da LRF.

2.1. Do Resultado Orçamentário

Enunciam os autos receita arrecadada no valor de R\$ 48.131.936,12 e a despesa realizada (empenhada) no montante de R\$ 42.052.855,84. Comparando-os, obtém-se superávit orçamentário consolidado de R\$ 6.079.080,28.

Há que se deduzir, porém, dessas quantias as receitas e as despesas realizadas pelo Fundo Previdenciário, nos respectivos valores de R\$ 3.443.569,12 e R\$ 690.615,66, o que será feito a seguir.

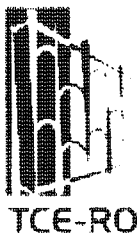
Subtraídas as quantias acima dos valores consolidados, verifica-se que a receita e a despesa do Poder Executivo Municipal somaram, respectivamente, R\$ 44.688.367,00 e R\$ 41.362.240,18, o que evidencia **superávit orçamentário de R\$ 3.326.126,82**.

Tal constatação está a indicar que não houve a necessidade de limitação de empenho no exercício em exame, porquanto foi eficaz o controle da execução orçamentária.

2.2. Do Resultado Financeiro

1

2



Da quantia de R\$ 18.608.306,72, escriturada a título de disponibilidade financeira consolidada, imperativo deduzir o valor de R\$ 11.324.957,57, pertencente ao Fundo Previdenciário de São Miguel do Guaporé, conforme Relatório Técnico.

Feito isso, verifica-se que o saldo financeiro do Município, excluído o do RPPS, soma R\$ 7.283.349,15.

Em contrapartida, foi repassada para o exercício seguinte dívida flutuante na monta de R\$ 23.752,92. Ressalte-se que, segundo a Unidade Instrutiva, o RPPS não contraiu dívida no exercício.

Com efeito, do cotejo entre a disponibilidade de caixa do Poder Executivo Municipal (R\$ 7.283.349,15) e a dívida flutuante (R\$ 23.752,92), verifica-se um superávit financeiro de R\$ 7.259.596,23.

3. Da Análise da Gestão Fiscal

A análise deste tópico foi extraída do processo nº 0849/2014, que trata da gestão fiscal de 2014 do Município de São Miguel do Guaporé. Na oportunidade, foi consolidada com a instrução da prestação de contas em exame.

3.1. Da Movimentação dos Restos a Pagar

Atinente aos restos a pagar, a análise técnica registra saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 23.752,92, enquanto que no demonstrativo da dívida flutuante e no balanço patrimonial encontra-se contabilizado o valor de R\$ 12.000,00.

Analisando as novas peças contábeis, trazidas pelo defendente, o Corpo Técnico concluiu que os valores dos restos a pagar estão discrepantes, e, ao final, propugnou pela permanência da infração.

Depreende-se desta impropriedade e das inúmeras outras constatadas neste processo que a contabilidade da municipalidade apresenta severas fragilidades, não se prestando a orientar com segurança o planejamento do Município e a prestar com fidedignidade as informações devidas aos órgãos de controle.

Assim, impositivo determinar ao atual chefe do Poder Executivo Municipal que implemente, juntamente com o Contador, medidas visando evitar discrepâncias nos demonstrativos contábeis, bem como elabore esses demonstrativos acompanhados de notas explicativas, consoante a Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NCASP.

3.2. Da Dívida Consolidada Líquida

A dívida consolidada líquida negativa de R\$ 5.153.329,43, corresponde ao percentual também negativo de 11,60% da receita corrente líquida de R\$ 44.423.079,35. Portanto, dentro do limite de 120% estabelecido na Resolução nº 40/01 do Senado Federal.

3.3. Resultado Nominal

A Unidade Técnica afirmou que a Administração Municipal previu na LDO uma meta fiscal de resultado nominal no valor negativo de R\$ 438.010,00. Todavia, ao cabo do exercício em apreço, o resultado nominal atingiu a quantia também negativa de R\$ 1.869.615,19. Assim, consoante o relatório técnico a meta fiscal de resultado nominal foi superada.

3.4. Resultado Primário

A meta de resultado primário, inicialmente estabelecida na LDO no montante de R\$ 3.856.930,00, ao final do último bimestre, atingiu o valor de R\$ 5.389.731,90, ou seja, superávit primário no exercício acima da meta prevista.

3.5. Da Observância dos Limites com Gasto de Pessoal



A análise dos autos indica que, ao final do segundo semestre de 2014, os limites prudenciais de despesa com pessoal não foram extrapolados, uma vez que o Município gastou com pessoal o montante de R\$ 20.670.671,78, o que corresponde a 46,53% de sua receita corrente líquida, no valor de R\$ 44.423.079,35.

3.6. Das Operações de Créditos (Regra de Ouro)

Consoante o art. 167, III, da Carta Magna, é vedada a realização de operações de crédito que excedam as despesas de capital. Esse comando traz a chamada "regra de ouro", que pretende coibir o financiamento, via operação de crédito, de despesas correntes.

In casu, a municipalidade não contraiu operações de crédito no exercício.

4. Da Arrecadação da Dívida Ativa

O Poder Executivo, segundo o art. 13 da LRF, ao efetuar o desdobramento das receitas em metas bimestrais de arrecadação, deverá adotar medidas para a cobrança da dívida ativa².

O quadro a seguir demonstra a situação da dívida ativa do Município.

DÍVIDA ATIVA	
DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
Saldo do Exercício Anterior	4.434.355,72
(+) Inscrição	0,00
(-) Cobrança	234.157,66
(-) Cancelamento	853.065,96
Saldo para o Exercício Seguinte	3.347.132,10

Fonte: Relatório Técnico, fl. 1906.

² "Art. 13. No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa."



O saldo anterior da dívida ativa (2013) perfaz o montante de R\$ 4.434.355,72. Apontou o Corpo Técnico que não houve inscrição de dívida ativa no exercício. Por sua vez, foi arrecadado o valor de R\$ 234.157,66. Ao final atingiu um saldo para o exercício seguinte na quantia de R\$ 3.347.132,10.

Cotejando a arrecadação da dívida ativa de R\$ 234.157,66³ com o saldo acumulado do exercício anterior (2013), na quantia de R\$ 4.434.355,72, tem-se o percentual de 5,28%. Vê-se que o valor da dívida ativa arrecadado é inexpressivo.

Registre-se ainda o cancelamento de dívida ativa no montante de R\$ 853.065,96, o que corresponde a 19,24% do estoque da dívida ativa, na quantia de R\$ 4.434.355,72.

Em razão disso, o Corpo Técnico evidenciou que os autos padecem de notas explicativas⁴, que impedem de visualizar o motivo do mencionado cancelamento.

Instado, o Contador do Município afirmou que encaminhou as devidas notas explicativas para aclarar a motivação do cancelamento da dívida ativa.

O Corpo Técnico rechaçou os argumentos apresentados, posto que não consta na defesa do Contabilista nenhuma juntada de nota explicativa.

Após análise acurada desse tópico, o Ministério Público de Contas, por sua vez, concluiu da seguinte maneira:

A princípio, constata-se que o responsável pela administração municipal não agiu no sentido de promover a inscrição de créditos na dívida ativa, pelo contrário, quedou-se inerte e omissa, pois, como dito, no exercício de 2014 não houve quaisquer acréscimo de valores na conta.

Quanto a essa irregularidade, o corpo técnico não se manifestou, não sendo oportunizado ao responsável o legítimo direito de defender-se.

³ Consoante o Anexo 10 – Comparativo da receita orçada com a arrecadada, II, 115, o valor de R\$ 227.493,68, refere-se à dívida ativa tributária e o valor de R\$ 6.663,98 a não tributária.

⁴ Peça integrante dos novos demonstrativos contábeis.





ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete do Conselheiro PAULO CURI NETO

Fl. nº

Proc. nº 1831/15

Nesse contexto, conveniente mencionar que ao Administrador incide o dever de instituir, prevê e efetivamente arrecadar os tributos da esfera de competência do ente federativo. Essa obrigação integra o apuratório da indisponibilidade do interesse público e constitui requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal, nos termos do art. 11 da Lei Complementar n. 101/20005.

Assim, malgrado não ter havido o necessário contraditório, opino pela expedição de determinação ao gestor para que promova a efetiva inscrição na conta da dívida ativa de todos os créditos que se encontrem em condições de exigibilidade, evitando reincidir em tal conduta omissiva quanto à matéria.

Quanto aos créditos cancelados, trago à colagem o posicionamento técnico, exarado no relatório preliminar (fls. 1907):

Destaca-se ainda o registro de cancelamentos de créditos no valor de R\$ 853.065,96 (oitocentos e cinquenta e três mil, sessenta e cinco reais e noventa e seis centavos), correspondente a 19,24% do saldo existente naquela conta, todavia, em que pese esta situação, não se pode afirmar que os cancelamentos havidos caracterizam renúncia de receita posto a inexistência de informações suficientes nos autos da prestação de contas que conduzam a esta conclusão. Por oportuno salientamos que a discussão do cancelamento de créditos inscritos na dívida ativa reserva-se a processo próprio de apuração de ato de gestão.

Ainda em relação aos cancelamentos impende destacarmos que o Balanço Patrimonial e o demonstrativo auxiliar (Anexo TC 13 - Demonstrativo Sintético das Contas do Ativo Permanente) não demonstram por meio de Nota Explicativa informações que permitam entrever a que se referem os cancelamentos ocorridos, portanto, em oposição ao prescrito na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Portaria nº 437/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional. (grifamos)

Instado acerca do apontamento, o gestor informou ter apresentado um novo Anexo TC-13, contendo as respectivas notas explicativas para evidenciar os motivos dos cancelamentos e, por consequência, justificá-los.

Ocorre que, segundo a unidade técnica, não há nos autos a documentação anunciada, de modo que não findou esclarecida a motivação do cancelamento realizado na conta da dívida ativa, no montante de R\$ 853.065,96. Nesse contexto, o corpo técnico considerou que a questão atinente à possível renúncia de receitas não deve ser abordada nestes autos, tendo em vista tratar-se de ato de gestão que deve ser apurado em processo próprio, no qual seja viabilizado o exercício do contraditório pelos responsáveis.



Por consequência, pugnou pela permanência da infringência relativa à ausência das aludidas notas explicativas, porém não aprofundou sua análise quanto a uma possível renúncia de receitas.

Ab initio, o Parquet discorda do entendimento técnico quanto ao não chamamento do gestor nestes autos para apresentação de justificativas quanto à eventual renúncia de receitas, em face do cancelamento de créditos no montante de R\$ 853.065,96. Indubitavelmente, a questão deveria ter sido esclarecida antes do opinativo da Corte acerca das contas, notadamente porque se cuida de tema afeto à responsabilidade fiscal e, como tal, inserido no contexto da gestão política da comuna, sindicável, como cedição, nas contas de governo.

Nada obstante, considero inviável o retorno dos autos ao corpo técnico para nova análise quanto ao ponto, pois já existem elementos suficientes à emissão de Parecer Prévio conclusivo. Apesar disso, o MPC opina pela abertura de procedimento específico para apurar a motivação dos cancelamentos de créditos da dívida ativa, a fim de verificar se houve integral atendimento ao que preceitua a legislação acerca da matéria, especialmente o art. 14, "caput", incisos I e II, da LRF, que requer minucioso estudo e planejamento, de modo a identificar as consequências imediatas e futuras sobre a arrecadação e indicar as medidas de compensação cabíveis, incluindo:

- a) Acompanhamento de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes;*
- b) Atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias; e*
- c) Atender a pelo menos uma das seguintes condições:*

c.1) demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

ou

c.2) estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Por fim, opina-se pela expedição de determinação ao gestor para que nos exercícios seguintes, sob pena de reprovação das contas anuais na hipótese de reincidência, especifique e comprove todos os lançamentos realizados na conta da dívida ativa, demonstrando separadamente os valores correspondentes à inscrição, arrecadação e eventuais cancelamentos, revisões ou ajustes, sendo que, no caso de cancelamento ou qualquer outro lançamento que acarrete a redução de créditos da dívida ativa, comprove, de antemão, a observância ao art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ademais, quando do elaboração do relatório anual de medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos, a municipalidade deverá especificar, no mínimo: 1) as medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos de competência da Município; 2) a quantidade e valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida





ativa; 3) a evolução do montante de créditos passíveis de cobrança administrativa; e, 4) os resultados obtidos a partir do implemento das medidas de execução ou protesto extrajudicial, utilizando, para tanto, dados comparativos entre o exercício vigente e os anteriores.

O Órgão Ministerial de Contas destacou também a necessidade do Município de implementar medidas a permitir a utilização do instrumento de protesto extrajudicial para a cobrança da dívida ativa, nos termos preconizados na Lei Federal nº 9492/97, na Lei Estadual nº 2913/12 e no Ato Recomendatório Conjunto firmado em 13.01.14 por este Tribunal, o MPC e o TJ.

Sem delongas, comunga-se *in totum* com o *Parquet* de Contas.

Dessa forma, impositivo determinar ao atual gestor que implemente ações voltadas a evitar o cancelamento de dívida ativa em desacordo com legislação pertinente.

Outrossim, determinar ao atual Chefe do Poder Executivo que passe a inscrever os créditos tributários e não tributários do Município, que não foram adimplidos em tempo hábil, em dívida ativa. Bem como, se ainda não o fez, passe a utilizar o protesto extrajudicial antes de ajuizar ações para recuperar os créditos inscritos em dívida ativa no Poder Judiciário.

Ademais, deve ser instaurado em processo apartado para investigar exaustivamente as razões que levaram o Município a cancelar tão expressiva fatia da dívida ativa.

5. Do Incremento das Receitas Tributárias e de Contribuições



Determina o art. 58 da LRF que a prestação de contas deverá evidenciar as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições⁵.

Um dos pressupostos básicos da responsabilidade fiscal consiste na previsão e arrecadação de todos os tributos de competência do ente da Federação (artigo 11 da LRF).

A análise instrutiva consignou que a receita tributária atingiu a arrecadação de R\$ 1.895.171,50, valor esse que se encontra escriturado no Balanço Orçamentário.

A essa quantia, porém, para fins de apuração da autossuficiência do ente, deverá ser adicionada a cifra de R\$ 227.493,68, advinda de cobrança do principal da dívida ativa tributária do Município. Ainda que proveniente de exercícios anteriores, em razão das receitas serem escrituradas pelo regime de caixa (artigo 35, inciso II, da Lei nº 4.320/1964⁶), tal valor deve ser considerado no rol de receitas tributárias.

Destaque-se que os tributos, ainda que recebidos a destempo pelo Poder Público, não perdem a sua natureza tributária, mesmo que, para efeito de controle contábil, recebam escrituração diversa. Impositivo, porém, para fins de constatação do grau de dependência do ente, a sua consideração no rol de receitas tributárias.

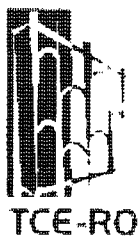
Acrescente-se que o legislador, ao determinar que sejam evidenciadas as medidas de combate à sonegação, refere-se tanto às ações empreendidas no âmbito administrativo e judicial, assim como via extrajudicial (Lei nº 12.767/2012). Vale dizer, alude ao recolhimento direto do tributo pela Administração, pela via judicial, bem como ao seu recebimento pelo protesto extrajudicial, depois de devidamente inscrito em dívida ativa.

Os valores acessórios - juros moratórios e multas, provenientes do não adimplemento das obrigações - devem ser acrescidos ao principal. Para efeitos contábeis, os juros e as multas classificam-se como Dívida Ativa Tributária (§2º do artigo 39 da Lei

⁵ "Art. 58. A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições."

⁶ "Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro: I - as receitas nele arrecadadas";





ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete do Conselheiro PAULO CURI NETO

Fl. nº
Proc. nº 1831/15

nº 4.320/1964)⁷. No caso, há registro da existência desses encargos, no valor de R\$ 37.957,16.

Assim, somam-se à receita tributária, os valores provenientes de dívida ativa e os acessórios desse crédito. Dessa forma, a arrecadação tributária do município alcançou R\$ 2.160.622,34.

A receita de contribuição, no valor de R\$ 2.609.764,34, é constituída, no caso, pelas Contribuições Sociais do RPPS (R\$ 2.441.935,55) e pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE (R\$ 167.828,79).

Dessa forma, o somatório das receitas tributárias e de contribuições perfaz o montante de R\$ 4.770.386,68, o que representa 9,91% da receita total do ente (R\$ 48.131.936,12), considerando ainda a receita do RPPS.

Releve-se, ainda, que as receitas próprias totalizaram o importe de R\$ 6.581.466,83, o que representa 13,67% da receita total, no montante de R\$ 48.131.936,12.

Como visto, é grande a dependência do Município de recursos externos, porquanto 86,33% dos recursos aplicados no Município são provenientes da União e do Estado.

Tal análise não desconsidera, em absoluto, o pacto federativo, que impõe aos Estados e à União a repartição de receitas com os Municípios. Objetiva, tão somente, verificar o grau de autonomia financeira do Município e constatar se medidas estão sendo implementadas com tal propósito.

⁷ Somente as contribuições previdenciárias dos servidores públicos, não obstante sua natureza tributária, não devem ser incluídas para a aferição desse parâmetro, porquanto está sujeita a regime jurídico próprio de controle (Lei nº 9.717, de 1998).



6. Da Preservação do Patrimônio Público

Não é admitida a hipótese de aplicação de receitas oriundas da alienação de bens e direitos em outros ativos que não os decorrentes da realização de despesas de capital. Uma única exceção é feita à destinação legal de tais recursos aos regimes de previdência social próprio dos servidores (Art. 44 da LRF).

Verifica-se dos autos que não houve arrecadação de receita de alienação de bens, no exercício em exame.

7. Dos Limites de Gastos com Educação

Importante destacar que os limites constitucionais e legais relativos à aplicação dos recursos públicos, consoante evidenciou o Corpo Técnico, restaram cumpridos.

O Município de São Miguel do Guaporé, no decorrer do exercício de 2014, aplicou, segundo o Corpo Instrutivo, na manutenção e Desenvolvimento do Ensino o correspondente ao percentual de 30,57% das receitas provenientes de impostos, cumprindo, dessa forma, o artigo 212 da Constituição Federal.

De igual forma, gastou-se na remuneração e valorização dos profissionais do magistério, em efetivo exercício no ensino fundamental público, o percentual de 65,87% dos recursos do FUNDEB.

8. Do Limite de Gasto com Saúde

O Município de São Miguel do Guaporé aplicou, consoante Manifestação Técnica, nas ações e serviços públicos de saúde o percentual de 24,12% das receitas provenientes de impostos, quando o mínimo estabelecido é de 15%. Cumpriu, assim, o artigo 77, inciso III, do ADCT da Constituição Federal.

9. Do Controle Interno





TCE-RO

ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete do Conselheiro PAULO CURI NETO

Fl. nº

Proc. nº 1831/15

A atuação negligente do Controle Interno, em alguns Tribunais de Contas, tem contribuído para a reprovação das contas, uma vez que a ação profícua desse órgão, além de precatar a ocorrência de irregularidades, tem como finalidade, consoante texto constitucional (art. 74, inciso IV, da CF), apoiar o Controle Externo em sua missão institucional.

A despeito dessa inteligência, esta Corte, até o julgamento da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde de Ouro Preto do Oeste (Processo nº 1681/08), realizada na Sessão do Pleno do dia 04/03/2011, não vislumbrava na ausência dos relatórios do Controle Interno gravidade suficiente para ensejar a reprovação das contas.

Tal posicionamento, porém, foi revisto, estabelecendo-se que, a partir de 2011, as prestações de contas que vierem desacompanhadas de manifestação do controle interno receberão parecer pela reprovação e o gestor ficará sujeito à aplicação de multa.

Constam dos autos relatório do Controle Interno, Certificado e Parecer de Auditoria pela regularidade das contas, bem como pronunciamento da autoridade competente (fls. 708/710).

10. Do Repasse ao Poder Legislativo

Segundo a Unidade Técnica, o Poder Executivo Municipal, no exercício em exame, repassou ao Poder Legislativo daquele Município a monta de R\$ 1.651.971,20, correspondente a 6,82% das receitas efetivamente arrecadadas no exercício anterior (R\$ 24.213.306,63), quando o máximo instituído corresponde também ao percentual de 7%, nos termos do inciso I do artigo 29-A, da CF, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 23.09.2009.

11. Das Irregularidades Remanescentes



Com relação às demais irregularidades, cumpre corroborar o posicionamento técnico e a manifestação do *Parquet* de Contas. No curso da instrução processual, constatou-se que vários balancetes foram encaminhados intempestivamente e alguns demonstrativos contábeis sequer foram encaminhados. Na defesa apresentada, o gestor saneou parte das falhas, porém omitiu-se de encaminhar vários documentos e demonstrativos exigidos pela Instrução Normativa n. 013/TCER/2004 e pela Instrução Normativa nº. 22/2007, a saber:

- I) prova de publicação dos Balanços do exercício de 2014 em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação no Município;
- II) prova de publicação da relação nominal dos servidores ativos e inativos ao final do exercício em Diário Oficial;
- III) inventário físico-financeiro dos bens imóveis – Anexo TC 16;
- IV) cópia do ato de nomeação da comissão de elaboração dos inventários físico-financeiro dos bens móveis e imóveis;
- V) demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino relativo aos meses de fevereiro, março e abril/2014 – Anexo IV;
- VI) demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos vinculados ao Fundeb referente aos meses de fevereiro, março, abril, junho e julho/2014 – Anexo X;
- VII) demonstrativo consolidado das receitas do Fundeb relativo ao mês de dezembro/2014 – Anexo XI-A;
- VIII) demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos próprios vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino referente ao mês de dezembro/2014 – Anexo VI;
- IX) demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos próprios vinculados a ações e serviços públicos de saúde referente aos meses de fevereiro, março, abril e outubro/2014 – Anexo XIV;
- X) demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos próprios arrecadados no exercício subsequente relativos a ações e serviços públicos de saúde atinente ao mês de novembro/2014 – Anexo XV;





ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete do Conselheiro PAULO CURI NETO

Fl. nº
Proc. nº 1831/15

- XI) demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos próprios vinculados às ações e serviços públicos de saúde relativo ao mês de dezembro/2014– Anexo XVI.

Dessa forma, houve o descumprimento ao artigo 11, VI, alíneas “d”, “e”, “i” e “j” da Instrução Normativa n. 013/TCER/2004, bem como ao artigo 14, I e II, e ao artigo 22, I, da Instrução Normativa nº. 22/2007.

O gestor, também, deixou de encaminhar o Relatório Anual de Medidas de Combate à Evasão e à Sonegação de Tributos do exercício. Ainda que no Relatório de Desempenho da Receita, o jurisdicionado descreva superficialmente algumas ações de combate à sonegação e de recuperação de crédito, conforme ressaltou o Corpo Instrutivo, não foram evidenciadas a quantidade e valores das ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa e a evolução do montante de créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Dessa forma, houve descumprimento ao artigo 20º, alíneas “a” e “b”, da Instrução Normativa nº 39/TCER/2013.

Em sua defesa, o Chefe do Poder Executivo juntou novos demonstrativos contábeis, mas remanesceram vários registros discrepantes. Foram constatadas discrepâncias no: I) valor dos Restos a Pagar inscritos no exercício anterior e do saldo dos Restos a Pagar para o exercício seguinte; II) saldo da Dívida Flutuante; III) Resultado Patrimonial do exercício anterior; IV) saldo da Dívida Fundada; V) saldo de caixa e equivalente de caixa final (coluna exercício atual).

A diferença apurada no saldo da Dívida Fundada, segundo o gestor, é devida ao registro do valor da reserva matemática do cálculo atuarial do regime previdenciário municipal, o que, a despeito da ausência de notas explicativas, mostra-se verossímil. As



discrepâncias contábeis no valor dos restos a pagar inscritos no exercício anterior e repassados para o exercício seguinte são de pequena monta, mas devem ser apuradas e corrigidas pela contabilidade municipal. Em relação à inconsistência do valor do saldo de caixa e equivalente de caixa final constante no Demonstrativo do Fluxo de Caixa, é válido ressaltar que se trata de um novo demonstrativo contábil e que a sua utilização deverá ser aperfeiçoada.

Em novembro de 2014, esta Corte de Contas determinou, na apreciação da Prestação de Contas do exercício de 2013, que fossem adotadas *“medidas visando evitar discrepâncias nos demonstrativos contábeis, bem como observe os procedimentos da STN e do CFC atribuídos à nova contabilidade aplicada ao setor público”*. Ainda que a Prestação de Contas ora examinada também contenha algumas inconsistências, como vimos, considerando que o gestor, quiçá, não tenha tido tempo suficiente para prevenir as falhas no exercício de 2014, não se vislumbra a necessidade da emissão de parecer desfavorável à reprovação das contas.

Por fim, cumpre fazer coro com o Parquet de Contas quanto à abertura de créditos suplementares em percentual superior ao definido na LOA (artigo 5º da Lei municipal nº. 1.296/13), visto que, *“embora a irregularidade não tenha o condão de per si macular as contas em apreço, deve-se determinar ao gestor que se abstenha de proceder à abertura de créditos suplementares acima do limite autorizado na LOA e ainda que estabeleça limite razoável para alteração do orçamento que, com base na jurisprudência acima citada, é de até 20%”*.

Deverá o gestor ser expressamente advertido que a reincidência nas irregularidades acima mencionadas, nas prestações de contas vindouras, poderá ensejar parecer pela reprovação das contas.

12. CONCLUSÃO

No presente voto, visando subsidiar a emissão de juízo de valor sobre a gestão, foram enfrentados temas atinentes a vários setores da Administração Municipal.





TCE-RO

ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete do Conselheiro PAULO CURI NETO

Fl. nº

Proc. nº 1831/15

Dessa forma, não poderíamos nos furtar a analisar, ainda que de forma breve, os principais assuntos relacionados à gestão.

Embora remanesçam algumas irregularidades formais, a exigir a emissão de determinação por esta Corte, não há motivo suficiente para se estabelecer juízo de reprovação da gestão em comento.

A Administração pautou-se pela observância do equilíbrio econômico-financeiro da gestão, assim como pelo cumprimento dos limites constitucionais de gasto com pessoal, educação e saúde.

Como visto, a arrecadação da dívida ativa, em termos percentuais, foi inexpressiva em relação ao saldo acumulado do exercício anterior. Impositivo, portanto, que o Corpo Instrutivo continue verificando nas próximas Prestações de Contas a existência ou não de incremento da receita de dívida ativa.

Ademais, faz-se imperativo determinar ao Município que informe a esta Corte as causas dos cancelamentos da dívida ativa ocorridos no exercício de 2014 a fim de que esta Corte, em processo apartado, se pronuncie conclusivamente sobre a matéria.

Ainda que as inconformidades indicadas requeiram a adoção de providências para prevenir a sua reincidência, por não macularem as contas, não criam óbice à emissão de parecer pela aprovação, com ressalvas.

Pelas razões acima expendidas, convergindo com o entendimento do Corpo Instrutivo e com a manifestação do Procurador Geral do Ministério Público de Contas, apresento o seguinte **Voto**:



1 - **Emitir Parecer** pela aprovação com ressalvas das contas do Chefe do Poder Executivo do Município de São Miguel do Guaporé, Senhor Zenildo Pereira dos Santos, exercício de 2014, com fulcro no inciso I do artigo 71 da Constituição Federal, em virtude das seguintes irregularidades:

a) não encaminhamento da comprovação da publicação dos Balanços do exercício de 2014 em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação no Município;

b) não encaminhamento da comprovação da publicação da relação nominal dos servidores ativos e inativos ao final do exercício em Diário Oficial;

c) não encaminhamento do inventário físico-financeiro dos bens imóveis – Anexo TC 16;

d) não encaminhamento da cópia do ato de nomeação da comissão de elaboração dos inventários físico-financeiro dos bens móveis e imóveis;

e) não encaminhamento do demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino relativo aos meses de fevereiro, março e abril/2014 – Anexo IV;

f) não encaminhamento do demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos vinculados ao Fundeb referente aos meses de fevereiro, março, abril, junho e julho/2014 – Anexo X;

g) não encaminhamento do demonstrativo consolidado das receitas do Fundeb relativo ao mês de dezembro/2014 – Anexo XI-A;

h) não encaminhamento do demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos próprios vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino referente ao mês de dezembro/2014 – Anexo VI;

i) não encaminhamento do demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos próprios vinculados a ações e serviços públicos de saúde referente aos meses de fevereiro, março, abril e outubro/2014 - Anexo XIV;

j) não encaminhamento do demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos próprios arrecadados no exercício subsequente relativos a ações e serviços públicos de saúde atinente ao mês de novembro/2014 – Anexo XV;

k) não encaminhamento do demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos próprios vinculados às ações e serviços públicos de saúde relativo ao mês de dezembro/2014– Anexo XVI.

l) envio intempestivo dos balancetes dos meses de janeiro a outubro de 2014;





ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete do Conselheiro PAULO CURI NETO

Fl. nº
Proc. nº 1831/15

m) abertura de créditos adicionais suplementares em percentual superior ao definido na LOA;

n) depósito de parte dos recursos financeiros em banco privado, e não em instituições financeiras oficiais;

o) não envio, via SIGAP, do relatório anual das medidas de combate a evasão e sonegação de tributos do exercício de 2014.

II – Determinar ao atual Prefeito do Município de São Miguel do Guaporé que, na prestação de contas alusiva ao exercício de 2015 e aos exercícios seguintes, adote as seguintes providências:

a) Encaminhe cópia do relatório anual de medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos, conforme exigido pela Instrução Normativa nº. 39/TCE-RO/2013, especificando: 1) as medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos de competência do Município; 2) a quantidade e valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa; 3) a evolução do montante de créditos passíveis de cobrança administrativa; 4) os resultados obtidos a partir do implemento das medidas de execução ou protesto extrajudicial, utilizando, para tanto, dados comparativos entre o exercício vigente e os anteriores;

b) Especifique e comprove todas as baixas realizadas na conta da dívida ativa, demonstrando separadamente os valores correspondentes à inscrição, arrecadação e eventuais cancelamentos, revisões ou ajustes;

c) Comprove a observância ao art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, no caso da concessão de benefícios tributários que impactem a arrecadação municipal, inclusive a redução sem pagamento da dívida ativa;

d) Promova regularmente a inscrição, na conta da dívida ativa, de todos os créditos que se encontrem em condições de exigibilidade, e adote as medidas para intensificar a utilização do protesto extrajudicial para cobrança de créditos inscritos em dívida ativa e, acaso não obtido o sucesso, que se lance mão da via judicial, de modo a



alavancar a inexpressiva recuperação dos créditos verificada nestas Contas, conforme determinado na Decisão n. 341/2014-Pleno;

e) Utilize notas explicativas às demonstrações contábeis para evidenciar informações adicionais em relação à apresentada no corpo dessas demonstrações, nos moldes prescritos pela Secretaria do Tesouro Nacional na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;

f) Apure e retifique os valores pendentes na conta restos a pagar, fazendo constar nos demonstrativos contábeis do exercício de 2015, que eventualmente forem alterados em face destes acertos, as necessárias informações que permitam compreender as alterações havidas por meio de Notas explicativas;

g) Apure e retifique os valores relativos ao Resultado Patrimonial Acumulado ao final do exercício de 2014, fazendo constar nos demonstrativos contábeis do exercício de 2015, que eventualmente forem alterados em face destes acertos, as necessárias informações que permitam compreender as alterações havidas por meio do uso de Notas Explicativas;

h) Evidencie em Notas Explicativas os ajustes dos registros contábeis efetuados nos valores inscritos na Dívida Fundada, de modo a expressar as necessárias informações que permitam compreender as alterações havidas

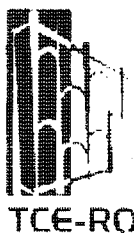
i) Apure e retifique os valores inscritos na Dívida Flutuante, fazendo constar nos demonstrativos contábeis do exercício de 2015, que eventualmente forem alterados em face destes acertos, as necessárias informações que permitam compreender as alterações havidas por meio de Notas explicativas;

j) Apure e retifique as movimentações ocorridas no caixa Municipal no exercício de 2014, fazendo constar no Demonstrativo dos Fluxos de Caixa do exercício de 2015, as necessárias informações que permitam compreender as alterações havidas no exercício anterior por meio do uso de Notas Explicativas;

k) Implemente, junto com a Contabilidade do Município, medidas visando evitar discrepâncias nos demonstrativos contábeis, bem como observe os procedimentos da STN e do CFC atribuídos à nova contabilidade aplicada ao setor público; e

l) Providencie a remessa de documentos a esta Corte dentro dos prazos legais e promova a publicação das peças contábeis, bem como dos demonstrativos exigidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.





ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete do Conselheiro PAULO CURI NETO

Fl. nº

Proc. nº 1831/15

III - Determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que deflagre procedimento de fiscalização para apurar a regularidade do cancelamento de créditos inscritos em Dívida Ativa, no montante de R\$ 853.065,96;

IV – Determinar à Secretaria Geral de Controle Externo que verifique, por ocasião da análise da próxima Prestação de Contas do Município de São Miguel do Guaporé, o cumprimento das determinações contidas nos itens anteriores desta decisão;

V – Dar ciência, via Diário Oficial, do teor desta Decisão aos interessados identificados no cabeçalho, e via Ofício, ao atual chefe do Poder Executivo Municipal, ficando registrado que o Voto e o Parecer Ministerial, em seu inteiro teor, estão disponíveis no sítio deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br); e

VI – Determinar ao Departamento do Pleno que encaminhe os presentes autos a Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé, para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário, após o trânsito em julgado desta Decisão.

É como voto.

Sala das Sessões. 12 de novembro de 2015.

Paulo Curi Neto
Conselheiro Relator



PROJETO DE PARECER PRÉVIO

EMENTA: Prestação de Contas. Município de São Miguel do Guaporé – Exercício de 2014. Observância do Equilíbrio Econômico-Financeiro da Gestão. Cumprimento dos índices de Educação e Saúde e de repasse ao Poder Legislativo. Parecer pela Aprovação com Ressalvas das Contas. Irregularidades formais. Determinações.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA.

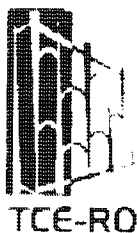
reunido nesta data, em Sessão Ordinária, dando cumprimento ao disposto no artigo 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal c/c o 35, da Lei Complementar nº 154/96, apreciando a Prestação de Contas do Município de São Miguel do Guaporé, referente ao exercício de 2014, de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo do Município de São Miguel do Guaporé. Senhor ZENILDO PEREIRA DOS SANTOS tendo examinado e discutido a matéria e,

Considerando que os resultados apurados das execuções orçamentária, financeira e patrimonial se processaram de forma regular;

Considerando que o Município de São Miguel do Guaporé aplicou 30.57% das receitas provenientes de impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, cumprindo o limite disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

Considerando que a municipalidade cumpriu o disposto no artigo 60 do ADCT da Constituição Federal e artigo 22, parágrafo único e incisos, da Lei Federal nº 11.494/07, ao aplicar 65.87% da receita recebida do FUNDEB na Valorização dos Profissionais do Magistério;





ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete do Conselheiro PAULO CURI NETO

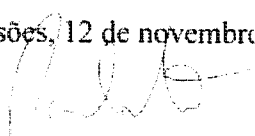
Fl. nº
Proc. nº 1831/15

Considerando que os gastos com as ações e serviços públicos de saúde atingiram 24,12% das receitas de impostos e transferências, estando além do limite exigido pela Emenda Constitucional nº 29/00; e

Considerando que o Poder Executivo repassou ao Poder Legislativo o percentual de 6,82%, ficando dentro do limite máximo permitido (7%) no inciso I, artigo 29-A da CF, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 23.09.2009.

É de Parecer que as Contas do Município de São Miguel do Guaporé, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo, Senhor ZENILDO PERFEIRA DOS SANTOS *estão em condições de merecer aprovação, com ressalvas*, pela Augusta Câmara Municipal, com fulcro no art. 1º, VI, da Lei Complementar nº. 154/96 e/c o art. 49, § 1º, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2015.


Paulo Curi Neto
Conselheiro Relator





Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
Secretaria de Processamento e Julgamento
Departamento do Pleno

Fl. nº _____
Proc. nº 1831/2015

DP/SPI

PROCESSO Nº: 1831/2015 (PROCESSO ELETRÔNICO)
UNIDADE: MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEIS: ZENILDO PEREIRA DOS SANTOS – PREFEITO – CPF Nº 909.566.722-72
ROSÂNGELA BAUMANN DOS SANTOS PÁDUA –
CONTROLADORA INTERNA – CPF Nº 408.770.512-91
LAURI PEDRO ROCKENBACH – CONTADOR – CPF Nº 334.244.629-34
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

ACÓRDÃO Nº 137/2015 - PLENO

Prestação de Contas. Município de São Miguel do Guaporé - Exercício de 2014. Observância do equilíbrio econômico-financeiro da Gestão. Cumprimento dos índices de educação e saúde e de repasse ao Poder Legislativo. Parecer pela aprovação com ressalvas das Contas. Irregularidades formais. Determinações.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de Prestação de Contas do Município de São Miguel do Guaporé, atinente ao exercício de 2014, de responsabilidade dos Senhores Zenildo Pereira dos Santos, Prefeito Municipal; Lauri Pedro Rockenbach, Contador; e da Senhora Rosângela Baumann dos Santos Pádua, Controladora Interna, como tudo dos autos consta.

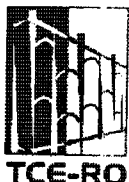
ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por unanimidade de votos, em:

I - Emitir Parecer pela aprovação com ressalvas das contas do Chefe do Poder Executivo do Município de São Miguel do Guaporé, Senhor Zenildo Pereira dos Santos, exercício de 2014, com fulcro no inciso I do artigo 71 da Constituição Federal, em virtude das seguintes irregularidades:

a) não encaminhamento da comprovação da publicação dos Balanços do exercício de 2014 em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação no Município;

b) não encaminhamento da comprovação da publicação da relação nominal dos servidores ativos e inativos ao final do exercício em Diário Oficial;





Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
Secretaria de Processamento e Julgamento
Departamento do Pleno

Fl. nº _____
Proc. nº 1831/2015

DP/SPJ

imóveis - Anexo TC 16;

c) não encaminhamento do inventário físico-financeiro dos bens

d) não encaminhamento da cópia do ato de nomeação da comissão de elaboração dos inventários físico-financeiros dos bens móveis e imóveis;

e) não encaminhamento do demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino relativo aos meses de fevereiro, março e abril/20 14 - Anexo IV;

f) não encaminhamento do demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos vinculados ao Fundeb referente aos meses de fevereiro, março, abril, junho e julho/2014- Anexo X;

g) não encaminhamento do demonstrativo consolidado das receitas do Fundeb relativo ao mês de dezembro/2014 - Anexo XI-A;

h) não encaminhamento do demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos próprios vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino referente ao mês de dezembro/2014- Anexo VI;

i) não encaminhamento do demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos próprios vinculados a ações e serviços públicos de saúde referente aos meses de fevereiro, março, abril e outubro/20 14 - Anexo XIV;

j) não encaminhamento do demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar pagas com recursos próprios arrecadados no exercício subsequente relativos a ações e serviços públicos de saúde atinente ao mês de novembro/2014- Anexo XV;

k) não encaminhamento do demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos próprios vinculados às ações e serviços públicos de saúde relativo ao mês de dezembro/2014- Anexo XVI.

l) envio intempestivo dos balancetes dos meses de janeiro a outubro de 2014;

m) abertura de créditos adicionais suplementares em percentual superior ao definido na LOA;

n) depósito de parte dos recursos financeiros em banco privado, e não em instituições financeiras oficiais; e

o) não envio, via SIGAP, do relatório anual das medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos do exercício de 2014.

II - Determinar ao atual Prefeito do Município de São Miguel do Guaporé que, na prestação de contas alusiva ao exercício de 2015 e aos exercícios seguintes, adote as seguintes providências:





Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
Secretaria de Processamento e Julgamento
Departamento do Pleno

Fl. nº _____
Proc. nº 1831/2015

DP/SPJ

a) Encaminhe cópia do relatório anual de medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos, conforme exigido pela Instrução Normativa nº. 39/TCER0/2013, especificando: 1) as medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos de competência do Município; 2) a quantidade e valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa; 3) a evolução do montante de créditos passíveis de cobrança administrativa; 4) os resultados obtidos a partir do implemento das medidas de execução ou protesto extrajudicial, utilizando, para tanto, dados comparativos entre o exercício vigente e os anteriores;

b) Especifique e comprove todas as baixas realizadas na conta da dívida ativa, demonstrando separadamente os valores correspondentes à inscrição, arrecadação e eventuais cancelamentos, revisões ou ajustes;

c) Comprove a observância ao art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, no caso da concessão de benefícios tributários que impactem a arrecadação municipal, inclusive a redução sem pagamento da dívida ativa;

d) Promova regularmente a inscrição, na conta da dívida ativa, de todos os créditos que se encontrem em condições de exigibilidade, e adote as medidas para intensificar a utilização do protesto extrajudicial para cobrança de créditos inscritos em dívida ativa e, acaso não obtido o sucesso, que se lance mão da via judicial, de modo a alavancar a inexpressiva recuperação dos créditos verificada nestas Contas, conforme determinado na Decisão n. 341/20 14-Pleno;

e) Utilize notas explicativas às demonstrações contábeis para evidenciar informações adicionais em relação à apresentada no corpo dessas demonstrações, nos moldes prescritos pela Secretaria do Tesouro Nacional na 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;

f) Apure e retifique os valores pendentes na conta restos a pagar, fazendo constar nos demonstrativos contábeis do exercício de 2015, que eventualmente forem alterados em face destes acertos, as necessárias informações que permitam compreender as alterações havidas por meio de Notas explicativas;

g) Apure e retifique os valores relativos ao Resultado Patrimonial Acumulado ao final do exercício de 2014, fazendo constar nos demonstrativos contábeis do exercício de 2015, que eventualmente forem alterados em face destes acertos, as necessárias informações que permitam compreender as alterações havidas por meio do uso de Notas Explicativas;

h) Evidencie em Notas Explicativas os ajustes dos registros contábeis efetuados nos valores inscritos na Dívida Fundada, de modo a expressar as necessárias informações que permitam compreender as alterações havidas;

i) Apure e retifique os valores inscritos na Dívida Flutuante, fazendo constar nos demonstrativos contábeis do exercício de 2015, que eventualmente forem alterados em face destes acertos, as necessárias informações que permitam compreender as alterações havidas por meio de Notas explicativas;

j) Apure e retifique as movimentações ocorridas no caixa Municipal no exercício de 2014, fazendo constar no Demonstrativo dos Fluxos de Caixa do





Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
Secretaria de Processamento e Julgamento
Departamento do Pleno

Fl. nº _____
Proc. nº 1831/2015

DP/SPJ

exercício de 2015, as necessárias informações que permitam compreender as alterações havidas no exercício anterior por meio do uso de Notas Explicativas;

k) Implemente, junto com a Contabilidade do Município, medidas visando evitar discrepâncias nos demonstrativos contábeis, bem como observe os procedimentos da STN e do CFC atribuídos à nova contabilidade aplicada ao setor público; e

l) Providencie a remessa de documentos a esta Corte dentro dos prazos legais e promova a publicação das peças contábeis, bem como dos demonstrativos exigidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

III - Determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que deflagre procedimento de fiscalização para apurar a regularidade do cancelamento de créditos inscritos em Dívida Ativa, no montante de R\$ 853.065,96;

IV - Determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que verifique, por ocasião da análise da próxima Prestação de Contas do Município de São Miguel do Guaporé, o cumprimento das determinações contidas nos itens anteriores desta decisão;

V - Dar ciência, via Diário Oficial, do teor deste Acórdão aos interessados identificados no cabeçalho e, via Ofício, ao atual chefe do Poder Executivo Municipal, ficando registrado que o Voto e o Parecer Ministerial, em seu inteiro teor, estão disponíveis no sítio deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br); e

VI - Determinar ao Departamento do Pleno que encaminhe os presentes autos à Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé para apreciação e julgamento, expedindo-se, para tanto, o necessário, após o trânsito em julgado deste Acórdão.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA e PAULO CURI NETO (Relator); os Conselheiros-Substitutos DAVI DANTAS DA SILVA, FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA e ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 12 de novembro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente





Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
Secretaria de Processamento e Julgamento
Departamento do Pleno

Fl. nº _____
Proc. nº 1831/2015

DP/SPI

PROCESSO Nº: 1831/2015 (PROCESSO ELETRÔNICO)
UNIDADE: MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEIS: ZENILDO PEREIRA DOS SANTOS – PREFEITO - CPF Nº 909.566.722-72
ROSÂNGELA BAUMANN DOS SANTOS PÁDUA –
CONTROLADORA INTERNA – CPF Nº 408.770.512-91
LAURI PEDRO ROCKENBACH – CONTADOR – CPF Nº 334.244.629-34
RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

PARECER PRÉVIO Nº 30/2015 - PLENO

Prestação de Contas. Município de São Miguel do Guaporé - Exercício de 2014. Observância do equilíbrio econômico-financeiro da Gestão. Cumprimento dos índices de educação e saúde e de repasse ao Poder Legislativo. Parecer pela aprovação com ressalvas das contas. Irregularidades formais. Determinações.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, reunido em Sessão Ordinária realizada em 12 de novembro de 2015, na forma do disposto no artigo 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal c/c o artigo 35 da Lei Complementar nº 154/96, apreciando a Prestação de Contas do Município de São Miguel do Guaporé, referente ao exercício de 2014, de responsabilidade do Senhor Zenildo Pereira dos Santos, tendo examinado e discutido a matéria, por unanimidade, nos termos voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, e

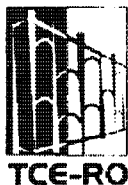
CONSIDERANDO que os resultados apurados das execuções orçamentária, financeira e patrimonial se processaram de forma regular;

CONSIDERANDO que o Município de São Miguel do Guaporé aplicou 30,57% das receitas provenientes de impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, cumprindo o limite disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a municipalidade cumpriu o disposto no artigo 60 do ADCT da Constituição Federal e artigo 22, parágrafo único e incisos, da Lei Federal no 11.494/07, ao aplicar 65,87% da receita recebida do Fundeb na Valorização dos Profissionais do Magistério;

SPJ/PLENO/REFERÊNCIA –PROCESSO Nº 1831/2015/TCE-RO – PP 30/2015 – S - 12.11.2015





Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
Secretaria de Processamento e Julgamento
Departamento do Pleno

Fl. nº _____
Proc. nº 1831/2015

DP/SPJ

CONSIDERANDO que os gastos com as ações e serviços públicos de saúde atingiram 24,12% das receitas de impostos e transferências, estando além do limite exigido pela Emenda Constitucional nº 29/00; e

CONSIDERANDO que o Poder Executivo repassou ao Poder Legislativo o percentual de 6,82%, ficando dentro do limite máximo permitido (7%) no inciso I, artigo 29-A da CF, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 23.9.2009.

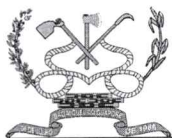
É DE PARECER que as Contas do Município de São Miguel do Guaporé, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo, Senhor ZENILDO PEREIRA DOS SANTOS estão em condições de merecer aprovação, com ressalvas, pela Augusta Câmara Municipal, com fulcro no art. 1º, VI, da Lei Complementar nº. 154/96 c/c o art. 49, § 1º, do Regimento Interno.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, FRANCISCO CARVALHO DA SILVA e PAULO CURI NETO (Relator); os Conselheiros-Substitutos DAVI DANTAS DA SILVA, FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA e ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA; o Conselheiro Presidente JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS.

Porto Velho/RO, 12 de novembro de 2015.

PAULO CURI NETO
Conselheiro Relator

JOSÉ EULER POTYGUARA
PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

Convite

Em, 15 de agosto de 2019.

Prezado Senhor:

Ao tempo em que cumprimentamos Vossa Senhoria, vimos através do presente comunicar que se encontra na Câmara Municipal as contas relativas ao Exercício Financeiro de 2014, sob sua responsabilidade.

Assim sendo e, em atenção ao Art. 182 § 1º, alínea "c" do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé, Vossa Senhoria fica convidado a prestar informações sobre o efetivo cumprimento da execução orçamentária no período respectivo, no prazo de 30 dias.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aguardamos seu pronunciamento, elevando protestos de consideração e apreço.

Cordialmente

Presidente – **Alexandre Eli Carazai**

Relator – **Antonio Correa**

Membro – **Liomar Henkert**

*Recebi em 23/08/2019
Zenildo Pds Santos*

Ao Senhor
ZENILDO PEREIRA DOS SANTOS



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, RESOLVE exarar Parecer sobre as Contas Municipais do ano de 2014, de Responsabilidade do Senhor ZENILDO PEREIRA DOS SANTOS, pelo que se manifesta da forma seguinte:

CONSIDERANDO que os resultados apurados das execuções orçamentárias, financeiras e patrimoniais se procederam de forma regular;

CONSIDERANDO que o município de São Miguel do Guaporé aplicou 30,57% das receitas provenientes de impostos na Manutenção de Desenvolvimento do Ensino, cumprindo o limite disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Municipalidade cumpriu o disposto no artigo 60 do ADCT da Constituição Federal e artigo 22, parágrafo único e incisos, da lei Federal nº 11.494/07, ao aplicar 65,87% da receita recebida do FUNDEB na Valorização dos Professores do Magistério;

CONSIDERANDO que os gastos com as ações e serviços públicos de saúde atingiram 24,12% das receitas de impostos e transferências, estando além do limite exigidos pela Emenda Constitucional nº 29/00;

CONSIDERANDO que o poder executivo repassou ao poder legislativo o percentual de 6,82% ficando dentro do limite máximo permitido (7%) no inciso I, artigo 29-A da CF, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 23.9.2009.

RESSALTANDO, ainda que, mesmo intimado a prestar informações sobre a execução orçamentária o mesmo quedou-se inerte.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

A COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO É DE PARECER que as contas do Município de São Miguel do Guaporé, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Senhor Zenildo Pereira dos Santos, Prefeito Municipal, **ESTÃO EM CONDIÇÕES DE MERECER APROVAÇÃO** pelo Plenário da Câmara Municipal.

Assim sendo, REQUER ao Presidente da Câmara seja, nos termos do artigo 182 do Regimento Interno, designada sessão para análise do presente parecer e após, caso seja o mesmo aprovado, seja expedido **DECRETO LEGISLATIVO DE APROVAÇÃO DAS CONTAS**, para as finalidades de estilo.

É o Parecer.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2021.

Presidente – **Fabiano Esteves de Almeida**

Relator – **Leandro Aparecido do Carmo**

Membro – **Edimar Crispin Dias**



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO

A Comissão Permanente de Fiscalização, nos termos do artigo 33, § 5.º da Lei Orgânica Municipal, **RESOLVE** exarar Parecer sobre as Contas Municipais do ano de 2014, de Responsabilidade do Senhor **ZENILDO PEREIRA DOS SANTOS**, pelo que se manifesta da forma seguinte:

CONSIDERANDO que os resultados apurados das execuções orçamentárias, financeiras e patrimoniais se procederam de forma regular;

CONSIDERANDO que o município de São Miguel do Guaporé aplicou 30,57% das receitas provenientes de impostos na Manutenção de Desenvolvimento do Ensino, cumprindo o limite disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

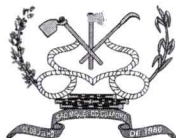
CONSIDERANDO que a Municipalidade cumpriu o disposto no artigo 60 do ADCT da Constituição Federal e artigo 22, parágrafo único e incisos, da lei Federal nº 11.494/07, ao aplicar 65,87% da receita recebida do FUNDEB na Valorização dos Professores do Magistério;

CONSIDERANDO que os gastos com as ações e serviços públicos de saúde atingiram 24,12% das receitas de impostos e transferências, estando além do limite exigidos pela Emenda Constitucional nº 29/00;

CONSIDERANDO que o poder executivo repassou ao poder legislativo o percentual de 6,82% ficando dentro do limite máximo permitido (7%) no inciso I, artigo 29-A da CF, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 23.9.2009.

RESSALTANDO, ainda que, mesmo intimado a prestar informações sobre a execução orçamentária pela Comissão de Finanças e Orçamento, o mesmo ficou-se inerte.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

A COMISSÃO PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO que as contas do Município de São Miguel do Guaporé, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Senhor Zenildo Pereira dos Santos, Prefeito Municipal, **ESTÃO EM CONDIÇÕES DE MERECER APROVAÇÃO** pelo Plenário da Câmara Municipal.

Assim sendo, REQUER ao Presidente da Câmara seja, nos termos do artigo 182 do Regimento Interno, designada sessão para análise do presente parecer e após, caso seja o mesmo aprovado, seja expedido DECRETO LEGISLATIVO DE APROVAÇÃO DAS CONTAS, para as finalidades de estilo.

É o Parecer.

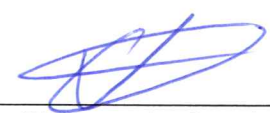
Sala das Sessões, 13 de outubro de 2021.



Presidente – **Remy Cardoso Xavier**



Relator – **Wellington Marcos de Assis**



Membro – **Vagner Ambrosia de Azevedo**

2

3



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

CONVOCAÇÃO

Em, 03 de novembro de 2025.

Ao Sr.

ZENILDO PEREIRA DOS SANTOS

Nesta.

Prezado Senhor:

O Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé, vem a presença de Vossa Senhoria, convidá-lo para comparecer nessa Câmara Municipal no dia 10 de novembro de 2025, às 19:30h, para participar da Sessão Ordinária de julgamento de Contas Municipais.

Na ocasião serão analisadas as contas do ano de 2014, de responsabilidade de Vossa Senhoria, momento em que será concedido o prazo de sessenta minutos para manifestação, nos termos do artigo 182 do Regimento Interno dessa Câmara Municipal, vejamos:

Art. 182...

e) na Sessão de deliberação o Prefeito, ou seu Procurador, terá o prazo de sessenta minutos para, querendo, se manifestar.

Assim sendo, Vossa Senhoria está convidada a se fazer presente ao evento.

Sendo o que se apresenta para o momento, somos mui

Atenciosamente,


Jair Silva Gomes
Presidente/CMSMG

*Recebi em 03/11/2025
Zenildo P. dos Santos*

2

3